



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO

LUANNA KARINA GOIS RAMOS
SHEYLA MIKAELA SILVA PIMENTEL

**O REUNI E A REFORMA NEOLIBERAL DO ENSINO SUPERIOR NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Maceió

2020

LUANNA KARINA GOIS RAMOS
SHEYLA MIKAELA SILVA PIMENTEL

**O REUNI E A REFORMA NEOLIBERAL DO ENSINO SUPERIOR NAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS**

Monografia apresentada à Faculdade de Serviço Social como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Cristina Soares Paniago

Maceió

2020

Folha de Aprovação

Autoras: Luanna Karina Gois Ramos

Sheyla Mikaela Silva Pimentel

O REUNI E A REFORMA NEOLIBERAL DO ENSINO SUPERIOR NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Monografia submetida ao corpo docente do
Curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Alagoas como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau
de bacharelado em Serviço Social.

Banca Examinadora:



Profª Drª Maria Cristina Soares Paniago (Orientadora)



Profª Ma. Aline Soares Nomeriano



Profª Drª Edlene Pimentel Santos

Dedico este trabalho à minha mãe e minha vó que não estão mais aqui para compartilhar este momento comigo.

Sheyla Pimentel

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, o grande amor da minha vida, que desde sempre me apoiou e me deu forças para seguir esse sonho, que era nosso. Ela não está mais aqui para compartilhar essa alegria comigo, mas sei que onde estiver está feliz por mim.

À minha avó Antônia pelo amor e apoio incondicionais.

À minha irmã Sarah, que no momento em que perdemos nossa mãe, foi meu porto seguro e minha força. Seu apoio foi fundamental para eu conseguir concluir esse objetivo. Obrigada por sua paciência e companheirismo, sem você não teria conseguido concluir essa etapa da minha vida.

À irmã que a vida me deu, minha melhor amiga e confidente, Bianca, obrigada pelo amor e incentivo em meio a tantos momentos difíceis.

Aos meus amigos e companheiros Joissy e Filipe, obrigada pela amizade, apoio e amor sinceros.

Ao meu padrinho e segundo pai, que depois que minha mãe se foi também se tornou meu porto seguro e com quem eu posso contar em todos os momentos da minha vida.

À minha prima Michelline, que segurou minha mão quando eu estava quase desistindo da vida e que ajudou a mim e a minha irmã a seguirmos sem nossa mãe.

Às minhas tias, Nete e Fafá, que foram a minha força e meu amparo quando eu estava em luto.

Ao meu pai, que apesar das nossas diferenças sei que me apoia e se orgulha muito dessa minha conquista.

À toda minha família e amigos(as).

E por fim, um agradecimento especial à minha orientadora Cristina. Obrigada pela paciência e compreensão em todos esses anos. Foram muitas dificuldades, mas com sua ajuda consegui concluir esse processo.

Sheyla Pimentel

Agradeço à minha mãe, à minha avó, família, amigos e orientadora Cristina que fizeram parte dessa grande jornada acadêmica, participando desse momento da minha vida, de construção e aprendizado, que perpassa para a vida cotidiana nas suas diversas esferas sociais.

Luanna Karina

“Al final del día podemos soportar más de lo que creemos”

Frida Kahlo

RESUMO

O presente trabalho trata acerca do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), procurando analisá-lo a partir da sua relação com os norteamientos neoliberais no cenário de ofensiva do capital sobre as políticas sociais; onde se demanda por meio da ação do Estado, “reformas” para atender aos novos interesses capitalistas, exigidas pela atual crise do capital. Neste contexto, o ensino superior passa a atender mais intensamente as necessidades de ampliação do capital, ao passo que a universidade é reconfigurada pela lógica de mercantilização e financeirização da educação superior. O REUNI é apresentado pelo governo Lula enquanto um programa que tem como meta central a expansão do ensino superior público, mas ao contrário do que o discurso oficial faz parecer, o programa na realidade se apresenta como mais uma forma de sucateamento e precarização das universidades federais, para beneficiar o setor privado e atender às determinações dos organismos internacionais de financeirização e mercantilização do ensino superior. A escolha do objeto de estudo foi motivada por experiências e vivências dentro do Movimento Estudantil e de observações das condições precárias no âmbito acadêmico da UFAL. Para entendermos melhor o objeto de estudo em sua totalidade, a pesquisa foi fundamentada a partir do arcabouço teórico-metodológico de base histórico-crítica. A pesquisa bibliográfica de base marxista foi alicerçada predominantemente nas concepções de Tonet, Santos Neto, Netto e Braz, Lima, Leher, Santos, Bastos e Cunha. Para comprovar nossos levantamentos sobre o REUNI levantamos também dados para analisarmos as implicações do programa dentro das Universidades Federais e assim fundamentarmos nossa análise.

Palavras-chave: educação superior; crise do capital; políticas neoliberais; precarização; REUNI.

ABSTRACT

This paper deals with REUNI (Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans), seeking to analyze it based on its relationship with neoliberal guidelines in the scenario of capital offensive on social policies; where it is demanded through the action of the State, "reforms" to meet the new capitalist interests, demanded by the current crisis of the capital. In this context, higher education starts to meet the needs of capital expansion more intensely, while the university is reconfigured by the logic of mercantilization and financialization of higher education. REUNI is presented by the Lula government as a program that has as its central goal the expansion of public higher education, but contrary to what the official discourse makes it seem, the program actually presents itself as another form of scrapping and precariousness of federal universities, to benefit the private sector and meet the requirements of international higher education financialization and commercialization bodies. The choice of the object of study was motivated by experiences within the student movement and observations of the precarious conditions in the academic scope of UFAL. To better understand the object of study in its entirety, the research was based on the theoretical-methodological framework with a historical-critical basis. Marxist-based bibliographic research was based predominantly on the concepts of Tonet, Santos Neto, Netto and Braz, Lima, Leher, Santos, Bastos and Cunha. In order to prove our surveys on REUNI, we also collected data to analyze the implications of the program within Federal Universities and thus base our analysis.

Keywords: college education; capital crisis; neoliberal politics; precariousness; Reuni.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Relação entre o orçamento total das IFES e o PIB anual de 1989 a 2007.....	56
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Previsão de verbas REUNI do MEC em valores nominais- em milhares de reais.....	57
Tabela 2 - Recursos totais de custeio das IFES que participam do REUNI.....	58
Tabela 3 - Impacto do REUNI no total do orçamento de custeio destinado às IFES participantes do REUNI.....	58
Tabela 4 - Recursos totais de investimento das IFES que participam do REUNI.....	59
Tabela 5 - Impacto do REUNI no total do orçamento de investimento destinado às universidades federais.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior
BM	Banco Mundial
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituições de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
P.	Página
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Parceria Público-Privada
PROUNI	Programa Universidade para todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1- A EDUCAÇÃO E A REPRODUÇÃO SOCIAL.....	13
1.1 A educação: origem e natureza.....	13
1.2 A educação na sociedade capitalista em crise.....	20
2- A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	26
2.1 O surgimento do ensino superior e a criação da universidade no Brasil.....	26
2.2 A educação superior brasileira no cenário neoliberal.....	33
3- O REUNI NO PROCESSO DE SUCATEAMENTO E PRECARIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64

INTRODUÇÃO

Partimos do entendimento de que o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) é um rebatimento de todo um processo de precarização e sucateamento do ensino superior público, causado pela atual crise do capital, que molda a educação de acordo com toda uma lógica mercadológica, transformando-a em uma mercadoria, que agora pode ser comprada e vendida como qualquer outra.

A escolha do objeto de estudo, o REUNI, foi motivada por vivências e experiências no Movimento Estudantil que despertaram a curiosidade de saber e entender o programa, e o porquê de que para muitos dos integrantes dos movimentos estudantil, técnico e docente, representou um processo de sucateamento e precarização do ensino superior nas Universidades Federais. Para isto, buscamos fundamentar nossa pesquisa teórico-metodológica de base marxista nos autores: Tonet, Santos Neto, Netto e Braz, Lima, Leher, Bastos, Cunha e Santos. E buscando comprovar e fundamentar nossa conclusão sobre o que de fato representou o REUNI, trouxemos alguns dados para comprovar nossas análises.

A discussão que pretendemos desenvolver neste Trabalho de Conclusão do Curso - TCC (O REUNI e a reforma neoliberal do ensino superior nas universidades federais) é alicerçada primeiramente na análise da natureza essencial da educação, para então compreendermos sua importância e como ela se insere na conjuntura atual, para assim entendermos o processo do REUNI. Posteriormente vamos tratar da educação no sistema capitalista e suas transformações, explicitando as mudanças que ocorreram com a crise de 1970, e as políticas neoliberais que agravaram a precarização do ensino superior público.

No segundo capítulo inicialmente explicaremos como se deu a formação do ensino superior no Brasil, e como o modo de produção capitalista moldou a educação superior brasileira ao longo dos anos. Em seguida vamos esclarecer os rebatimentos da crise do capital na educação superior, e a sua nova configuração em consonância com o ideário neoliberal, para então demarcar o cenário de surgimento do REUNI e o porquê de sua implantação.

Finalizando o trabalho, no terceiro capítulo, entraremos mais especificamente no assunto em que nos propusemos a discutir - o REUNI. Argumentamos acerca do programa, os motivos de sua implementação e as consequências para a educação superior pública, tudo isto fundamentado no levantamento de dados estatísticos e pesquisa bibliográfica. Deste modo concluímos que o REUNI aprofundou mais ainda o processo de precarização e desmonte das universidades públicas federais, em consonância com os ditames do capitalismo em sua fase neoliberal.

1- A EDUCAÇÃO E A REPRODUÇÃO SOCIAL

1.1 – A educação: origem e natureza

Para compreender o objeto de estudo, julgamos importante entendermos a educação a partir da categoria trabalho – raiz ontológica do ser social – resgatando a gênese histórico-ontológica da educação, orientado por Marx e Lukács, no propósito de apreender a natureza de tal atividade, analisando-a enquanto fenômeno dentro da processualidade social e na construção social do indivíduo. Para então compreendermos a importância e as funções desempenhadas por ela na sociabilidade regida pelo capital.

Deste modo, faz-se necessário explicar o que entendemos por educação, e compreendermos como ela se constitui ao longo da história da humanidade. Para isto, é importante conceituar a sua natureza e a sua função social, para assim entendermos seu sentido amplo e ontológico. Posto isto, Tonet (2012) explica que a educação é inseparável da categoria trabalho, uma vez que essa atividade social implica a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc., e não uma atividade de transformação direta da natureza. Desta forma:

Partimos, para isto, da categoria do trabalho, que consideramos, com Marx, a raiz ontológica do ser social. Ao examinar esta categoria, vemos que, assim como a linguagem e o conhecimento, também a educação é, desde o primeiro momento, inseparável dela. O trabalho, por sua própria natureza, é uma atividade social, e, por isso, sua efetivação implica sempre, por parte do indivíduo, a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc., comuns ao grupo. Somente através desta apropriação é que o indivíduo pode tornar-se (objetivar-se) efetivamente membro do gênero humano. Esta apropriação/objetivação tem na educação uma das suas mediações fundamentais. (TONET, 2012, p.69)

Essa relação é melhor compreendida quando Tonet (2005) ressalta que o trabalho é uma mediação entre o homem e a natureza, e a educação uma mediação entre o indivíduo e a sociedade. Portanto, as duas se distinguem, uma vez que o trabalho é um ato de transformação da natureza, e a educação age sobre a consciência dos indivíduos. Assim vemos que:

Embora a categoria da educação integre a categoria trabalho, as duas não se confundem. [...] o trabalho é um ato de transformação da natureza. Nesse caso, portanto, a ação do sujeito se exerce sobre uma “matéria-prima” cuja natureza é completamente diferente da “matéria-prima” do ato educativo. A

primeira é desprovida de subjetividade, enquanto a segunda tem na subjetividade um dos seus momentos fundamentais. A ação educativa se exerce sobre indivíduos conscientes e livres (quer dizer, portadores de consciência e liberdade) e não sobre uma “matéria-prima” inerte e passiva[...]. O ato educativo, ao contrário do trabalho, supõe uma relação não entre um sujeito e um objeto, mas entre um sujeito e um objeto que é ao mesmo tempo também é sujeito. Trata-se, aqui de uma ação sobre a consciência visando induzi-la a agir de determinada forma. No trabalho, se dispusermos dos conhecimentos e das habilidades necessárias e realizarmos as ações adequadas é certo que, salvo intervenção do acaso, atingiremos o objetivo desejado. No caso do ato educativo, o mesmo conjunto de elementos está longe de garantir a consecução do objetivo, pois não podemos prever como reagirá o educando. (TONET, 2005, p.217-218)

Para Tonet (2005), a educação é uma atividade exclusiva do gênero humano; diferente dos animais não nascemos “sabendo”; precisamos receber o conhecimento de outros indivíduos:

No que toca ao indivíduo, ela é uma necessidade imprescindível para a sua configuração como membro do gênero humano e não apenas como integrante da espécie [...] O seu pertencimento ao gênero humano, porém não lhes é dado por herança genética, mas por um processo histórico-social, ou seja, pela incorporação das objetivações que constituem o patrimônio deste gênero. Nos animais este processo é comandado pelo código genético, ainda que não esteja totalmente ausente entre eles o que poderíamos chamar de “processo educativo” [...] Entre os homens, ao contrário, este processo é dirigido, e em grau cada vez maior, pela consciência. O homem, ao contrário dos animais, não nasce “sabendo” o que fazer para dar continuidade à sua existência e à da espécie. Deve receber este cabedal de instrumentos de outros indivíduos que já estão de posse deles. (TONET, 2005, p.203)

Para Santos Neto (2014), baseado em Lukács (2013), a educação configura-se como um conjunto de preceitos que vão gradualmente se afastando diretamente da relação metabólica do homem com a natureza. O processo de formação do indivíduo envolve outras questões que ultrapassam essa relação. Ainda que a educação tenha seu ponto de partida no trabalho, ela se torna uma atividade que extrapola a esfera do reino da produção, estando relacionada ao conjunto de preceitos teleológicos secundários. Sendo assim Lukács esclarece que:

Os pores teleológicos necessários assumem, como vimos, duas formas: pores que buscam realizar uma transformação de objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza), visando realizar fins humanos, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, visando levá-los a executar os pores desejados. Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores teleológicos do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho. [...] pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontaneamente ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por elas são oprimidos. (LUKÁCS, 2013, p.180 *apud* SANTOS NETO, 2014, p.26)

Desta maneira, segundo a citação de Lukács acima, a educação se constitui como uma atividade pertencente ao conjunto de pores teleológicos secundários. Isto explica, então, como a educação é usada ao longo da história enquanto um mecanismo de justificação e dominação a serviço das classes dominantes, nos diferentes períodos históricos.

Posto isto, Santos Neto (2014) esclarece que o complexo educacional configura-se enquanto um sistema fundamental na tarefa de justificação ideológica da apropriação do trabalho excedente produzido nas sociedades de classe. Tal sistema se faz como um instrumento de dominação através do desenvolvimento de princípios, concepções e valores disseminados pela classe hegemônica. Esse papel da educação se expressa nas diferentes sociedades de classe; no entanto, com suas configurações de acordo com o jogo de interesses a partir da produção material. O aparato ideológico é fundamental para a manutenção da dominação, uma vez que a classe dominante não pode nem consegue manter sua hegemonia apenas e exclusivamente com o poder coercitivo e a força física contra a classe dominada. Desta forma:

Em termos gerais, a educação constitui-se como forma específica da apropriação das forças materiais e espirituais da humanidade. No entanto, além desse aspecto amplo e genérico, as necessidades da educação dependem do desenvolvimento das forças produtivas e dos valores fundamentais do processo de reprodução da sociedade. Sendo a sociedade uma sociedade de classes, a educação fundamental ao processo de reprodução social será aquela orientada à preservação e à ampliação das taxas de acumulação dos excedentes gerados pelos trabalhadores produtivos. (SANTOS NETO, 2014, p.26)

Portanto, para Tonet (2005) a natureza essencial da educação busca propiciar aos indivíduos a apropriação de conhecimentos que se constituem em herança de aprendizado acumulado e engrandecido ao longo da história da humanidade. Nesse sentido, ela contribui então “para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir diante do novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico.” (TONET, 2005, p.222)

É importante salientar, ainda segundo Tonet (2005), que a educação durante o desenvolvimento da humanidade vai assumindo tarefas diferentes, de acordo com o

modo de produção e o grau de desenvolvimento da humanidade. Com o surgimento das sociedades de classes, o caráter essencial da educação é ignorado e reconfigurado, passando a se adequar à forma como a riqueza material é produzida, sendo subordinada aos interesses das classes dominantes e servindo como um meio de manter o consenso e a lógica predominante. Deste modo Tonet enfatiza:

Em uma sociedade de classes o interesse das classes dominantes será sempre o polo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal¹, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador. (TONET, 2005, p. 222-223).

A educação, nos primórdios da humanidade, efetiva-se praticamente de forma espontânea e sob a responsabilidade de todos, não existindo uma instituição específica e nem o favorecimento de interesses particulares de um grupo, segundo Santos Neto (2014). A respeito desse momento histórico, Tonet (2005, p. 220) diz: “o homem se educava no e pelo trabalho e com todas as atividades que giravam ao redor dele.”

Segundo Santos Neto (2014), nas sociedades primitivas, antes da existência das classes sociais, a formação dos indivíduos era um processo em que toda a comunidade participava diretamente, não existindo distinção de conhecimento por hierarquias sociais. Todos podiam e deviam ter acesso ao patrimônio material e espiritual da comunidade, uma vez que o seu patrimônio era limitado e, portanto, também seu desenvolvimento, e, sendo assim, para a sua própria sobrevivência, todos deveriam ter acesso ao conhecimento acumulado, para que no futuro essa aprendizagem fosse passada para as demais gerações.

Ainda segundo Santos Neto (2014), com o aparecimento da agricultura e pecuária – durante o Período Neolítico – começou-se a produzir excedentes, pois foi possível “controlar” a produção e garantir mais do que o necessário para a necessidade imediata, e, assim, conseqüentemente surge a base para as

¹ “De acordo com a concepção geral de Tonet (2016) entende-se por educação formal, todo o processo educativo organizado e institucionalizado, onde o saber é repassado de forma sistematizada, determinados e organizados pelas instituições educacionais nacionais e internacionais; já a educação informal, compreende todo o processo educativo fora do ambiente institucionalizado, o que é transmitido através das relações humanas e sociais.”

desigualdades sociais e o surgimento da sociedade de classes. Com isso, foi possível a apropriação privada por grupos e indivíduos, dos bens que antes eram de comum acesso de toda a comunidade – caracterizada fundamentalmente pela expropriação do patrimônio comum – a propriedade privada.

Durante todo o período da comunidade primitiva, o processo educativo se dava basicamente pelo ato do trabalho – da relação do homem com a natureza, sendo desenvolvido sob a responsabilidade de todos os seus componentes e de forma praticamente espontânea, sem uma instituição específica para desempenhar tal tarefa. Neste momento, os indivíduos aprendiam entre si, e assim desenvolviam os elementos necessários para a reprodução das suas relações sociais.

No entanto, com o surgimento da sociedade de classes, a educação deixa de ser uma atividade de responsabilidade de todos e passa a se constituir enquanto tarefa específica, favorecendo os privilégios das classes dominantes, funcionando como um mecanismo de reprodução e conservação da dominação de classe, como ressalta Santos Neto. (2014).

Para Santos Neto (2014), é a partir do surgimento das sociedades de classes, que a educação passa a ter um caráter classista não se dando mais de maneira espontânea e para todos – como era durante as sociedades primitivas –, mas de forma institucionalizada com a criação da instituição escolar voltada para a formação da personalidade, dos valores e para o trabalho, sempre no sentido de favorecer os interesses da classe dominante.

Surge então a necessidade de criar um setor específico para se ocupar da organização e direção do processo educativo, de modo a centralizar o controle nas mãos das classes dominantes e de acordo com os seus interesses, tendo sempre como base, a forma como o trabalho é organizado nos diferentes períodos históricos (sociedades primitivas, asiática, escravismo, feudalismo, capitalismo). Sendo assim, Tonet explica que:

É esta organização da produção - de formas diferentes em modos de produção diferentes – que determina quem tem acesso à educação, em que condições (materiais e espirituais), quais os conteúdos, métodos etc. Assim se foi constituindo o campo particular da educação. Vale ressaltar, contudo, que até o advento do capitalismo o acesso a esta esfera mesmo assim de modo bastante diferenciado - era restrito às classes dominantes. Isso se

justifica porque as qualificações necessárias àqueles que dirigiam a sociedade e deteriam o controle do acesso aos bens materiais e espirituais não seriam necessárias àqueles cuja a única tarefa era o trabalho. Para estes continuava sendo suficiente a educação no e para o trabalho. (TONET,2005, p.220)

A necessidade de um campo educacional organizado se dá no cenário de dominação de uma classe sobre outra, tendo suas bases, de acordo com Tonet (2005), na organização da produção. Ainda de acordo com o autor, “é a própria organização da produção, na sociedade de classes, seja qual for o modo de produção, que determina quem tem acesso à educação e em quais condições, métodos, etc.” (TONET, 2005, p. 220)

É diante desse entendimento que Tonet (2012, p.70) afirma que: "os interesses da classe dominante dão a tônica da estruturação da educação". Assim, Santos Neto (2014, p.27) reafirma esta colocação citando que: “a educação que caracteriza a sociedade primitiva deixa de ser quase espontânea para ser claramente posta na sociedade de classes”. Desta forma, com o desenvolvimento das sociedades de classes, a constituição da educação formal e informal será claramente construída para servir à reprodução e à manutenção dos interesses das classes dirigentes. No capitalismo esse caráter não é diferente, mas o diferencial é que agora a educação formal é fundamental para garantir o desenvolvimento do processo produtivo. “Na sociedade capitalista, a educação tem entre seus propósitos a formação e a preparação da mão de obra para o mercado de trabalho.” (SANTOS NETO, 2014, p.28). Dito isto, ele afirma:

O mundo fabril impunha a necessidade de um trabalhador qualificado e distinto daquele destinado ao trabalho servil e escravo. O trabalho assalariado supunha não apenas a presença do trabalhador livre, leve e solto como pássaros para adequar-se ao novo mundo do trabalho; requeria também uma subjetividade plenamente subordinada à lógica do capital. (SANTOS NETO, 2014, p.28)

Neste contexto, então, a educação na sociedade burguesa segundo Tonet (2012) apresenta dois objetivos fundamentais: “a formação para o trabalho (mão de obra para o capital) e a educação para a cidadania e a democracia (a estruturação de uma concepção de mundo, de ideias, de valores adequados para a reprodução desta ordem social).” (TONET, 2012, p.54)

Com isso, pode-se compreender que a educação formal e informal numa sociedade de classes, não assume funções voltadas prioritariamente para as

necessidades humanas, mas sim para os interesses das classes dominantes, e a perpetuação do seu sistema de dominação. Assim, estratificando o conhecimento e permitindo que parte da sociedade passe a receber uma educação diferenciada de acordo com a classe social a qual pertence. Desta maneira, Tonet explica:

Ele é um vasto e complexo campo, sempre em processo, do qual, a cada momento e a partir de determinados fundamentos, valores e objetivos, são selecionados, via políticas educacionais, currículos, programas, métodos e outras atividades julgados mais importantes. É aqui onde se faz sentir o peso das questões político-ideológicas. (TONET, 2012, p.69-70)

É neste contexto que o Estado se faz presente, ele é convocado pela classe dominante para organizar as políticas e programas educacionais, nos diferentes momentos históricos e de acordo com a necessidade demandada pelo modo de produção. “Um instrumento especial de repressão a serviço das classes dominantes” (LESSA; TONET, 2011, p.85). Este papel do Estado é usado com maestria no capitalismo, “ele mantém e reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos” (LESSA; TONET, 2011, p.85) ajustando o complexo educacional público e privado de acordo com as determinações da classe dirigente e a perpetuação da sua dominação².

Entende-se, portanto, segundo Santos Neto (2014) que a expansão da educação está diretamente relacionada à necessidade de complexos ideológicos fundamentais ao processo de dominação de uma classe sobre a outra. Esta dominação não pode ser diretamente coercitiva, por isso a necessidade de valores se faz tão importante, pois assim a classe dominante pode exercer sua dominação de forma menos agressiva. Por esse motivo a educação, bem como as mediações de segunda ordem (direito, política, moral, a religião e etc.) servem para legitimar a dominação e a expropriação do excedente produzido pela classe trabalhadora³.

² “O grave e insuperável defeito do sistema do capital consiste na *alienação de mediações de segunda ordem* que ele precisa impor a todos os seres humanos, incluindo-se as personificações do capital. De fato, o sistema do capital não conseguiria sobreviver durante uma semana sem as suas mediações de segunda ordem: principalmente o Estado, a relação de troca orientada pelo mercado, e o trabalho, em sua subordinação estrutural ao capital. Elas (as mediações) são necessariamente interpostas entre indivíduos e indivíduos, assim como entre indivíduos e suas aspirações, virando essas de ‘cabeça para baixo’ e ‘pelo avesso’, de forma a conseguir subordiná-los a imperativos fetichistas do sistema do capital. Em outras palavras, essas mediações de segunda ordem impõem à humanidade uma *forma alienada de mediação*. (MÉSZÁROS, 2008, p.72)

³ “A história da educação é expressão não apenas do longo e penoso desenvolvimento da subjetividade humana na perspectiva de afastamento das barreiras naturais, e duma tentativa da humanidade para

Considerando seu sentido ontológico, a educação é um processo contínuo de aprendizagem em que o indivíduo internaliza conhecimentos cotidianamente dentro da dinâmica mediada pelas relações sociais, efetivada a partir da base material da sociedade. No entanto, com o desenvolvimento da sociedade de classes, a essência da educação vai ser tomada e reconfigurada de acordo com os interesses da classe dominante e não das necessidades humanas como um todo. Assumindo em cada modo de produção, configurações específicas de acordo com a organização do trabalho excedente, no sentido de legitimar a dominação de uma classe sobre a outra e manter o consenso. Uma educação que atenda as reais necessidades humanas e que seja favorável ao desenvolvimento humano, só será possível em uma sociedade emancipada e livre da lógica destrutível do capital⁴.

1.2 A educação na sociedade capitalista em crise

O complexo educacional apresenta uma relação importante com a produção material. Desde o surgimento da sociedade de classes, a organização da educação formal está atrelada à organização da produção e sua apropriação, segundo Tonet (2005). No entanto, é apenas a partir do modo de produção capitalista que a educação se expande para a parcela dos indivíduos que realmente produzem a riqueza, visto que nas sociedades de classes anteriores, a educação era privilégio da classe dominante.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho, o grau de conhecimento exigido para executar as tarefas passam a ser mais complexas no processo do trabalho. É diante disso que a educação passa a se disseminar - no bojo dos interesses particulares da classe dominante - para a classe trabalhadora. Sua forma e conteúdo serão organizados e pautados para atender às necessidades do

desenvolver e aprimorar o processo de conhecimento do mundo natural pela mediação da ciência. A educação configura-se como um sistema sofisticado de regras e valores abstratos e universais, a ocultar completamente seu caráter parcelado e privado e o fato de que não passa dum conjunto de normas que visam assegurar o processo de apropriação do excedente produzido pela classe trabalhadora.” (SANTOS NETO, 2014, p.145)

⁴ “É por isso que hoje o sentido da mudança educacional radical não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis bem como com todos os meios ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito.” (MÉSZÁROS, 2008, p.35)

mercado, mantendo as leis que regem o sistema de classes. Assim como a organização social, o conhecimento também será estratificado, a fim de manter a ordem social vigente.

Na sociedade capitalista, a qual, segundo Tonet (2005), tem na sua centralidade o capital dentro da lógica de acumulação e maximização de lucros, a educação passa a ocupar um lugar de destaque, uma vez que vai integrando-se cada vez mais ao processo de produção, potencializando-o no sentido de alavancar e otimizar o processo produtivo no cenário de grande complexificação do trabalho e desenvolvimento das forças produtivas. Decorrente disto, o próprio sistema passa a exigir um determinado grau de conhecimento das classes trabalhadoras, o que precisa ser adquirido em instituições específicas, dentro de todo um aparato ideológico de legitimação e aceitação das novas determinações socioeconômicas. Sendo assim Tonet explicita:

Foi apenas com o advento do capitalismo, na medida em que a produção econômica, cuja mola-mestra e dinâmica é o capital, passou a ser direta e claramente o eixo de todo o processo social, que a educação passou a ocupar um lugar todo especial, porque passou a integrar cada vez mais profundamente o processo de produção. A partir de então, as classes trabalhadoras não poderiam receber apenas uma educação prática no e pelo trabalho. O próprio trabalho, agora cada vez mais complexo, exige conhecimentos e habilidades que tem de ser desenvolvidas e adquiridas fora do seu âmbito específico[...] (TONET,2005, p 221)

Na sociedade do capital, diante do grau de desenvolvimento acumulado, a educação é estruturada de forma a potencializar a dinâmica da produção como um todo, além de disseminar o aparato ideológico burguês. E é nesse contexto de industrialização crescente, que é requerida da classe trabalhadora uma maior preparação para colocar em movimento o sistema do capital. É justamente nessa nova configuração que a classe dominada passa a ter acesso à educação formal. (SANTOS NETO, 2014)

Tal expansão se deu dentro das determinações sociais construídas pelo próprio desenvolvimento do sistema capitalista. Como explica Santos Neto (2014) antes da Revolução Industrial, o trabalhador aprendia praticamente no processo de trabalho o que era suficiente para o aparato produtivo até então. Diante das profundas alterações no mundo do trabalho, com a intensificação da ciência e da tecnologia, entre outros mecanismos de potencialização da produção, o processo educativo formal sofreu

modificações para se adequar ao ciclo produtivo, preparando a força de trabalho de acordo com os ditames do capital, tendo em vista que a educação está atrelada à esfera da produção como um todo, apesar das particularidades de cada momento histórico.

Como já foi exposto, tanto a educação formal quanto a informal se colocam a serviço da reprodução dos interesses das classes dominantes. E no contexto fabril, surgiu a necessidade de um trabalhador mais preparado, “livre” e com subjetividade subordinada à lógica do capital. Como expõe Santos Neto (2014) a indústria, com seus aparelhos aperfeiçoados, passou a exigir do trabalhador uma determinada formação da sua força de trabalho. Diante disso, a educação pública e gratuita emerge depois da Revolução Francesa, mas desde o início com problemas e precariedades. Dada a nova forma de configuração da produção, a educação formal se faz fundamental para potencializar o processo de desenvolvimento das forças produtivas e alavancar a maximização de lucros para os proprietários dos meios de produção. Além disso, se torna cada vez mais necessário manter o controle sobre a classe dominada, também de forma ideológica, aprimorando cada vez mais as formas de internalização e transmissão de conhecimentos, a fim de manter o consenso e apaziguar conflitos.

Para Tonet (2005), as determinações do capital ultrapassam o ambiente formal da educação, afetam profundamente cada âmbito particular, principalmente aqueles ligados aos processos sociais, e invadem o processo de aprendizagem como um todo, influenciando no sistema de internalização/consciência e até na subjetividade dos indivíduos, a fim de manter o consenso social e reproduzir a lógica do capital. Desta forma, fica claro que a estruturação da educação seja ela formal ou informal, será sempre orientada pelos interesses da classe dominante e pelas determinações do capital.

O trabalhador agora precisa adquirir habilidades funcionais em uma instituição específica para poder vender sua força de trabalho dentro dos parâmetros requisitados pelo capital. Desta maneira ele controla a força de trabalho e delega aos indivíduos despreparados, a responsabilidade por sua sobrevivência e situação de desemprego; o sistema capitalista se isenta ideologicamente da responsabilidade pela condição que ele mesmo gera. Passa então a responsabilidade para os trabalhadores,

que buscam na educação formal a chance de fugir da situação de desemprego e garantir sua sobrevivência. E sendo assim, Santos Neto (2014) aponta os propósitos da educação formal na sociedade capitalista:

A educação tem entre seus propósitos o processo de preparação e adequação da mão de obra operária ao mercado de trabalho. Isso quer dizer que o capital subordina o processo de produção e reprodução da educação da mesma maneira que controla o processo de trabalho nesta forma de sociabilidade. (SANTOS NETO, 2014, p.28)

Posto isso, a educação, como parte dessa forma de sociabilidade, não pode ser compreendida à parte do cenário mundial, que a partir de 1970 enfrenta sua maior crise.⁵ Diante desse quadro o capital tem que encontrar novas formas de se perpetuar, pois todo o sistema criado para a sua manutenção, não é mais suficiente, todos os seus fundamentos são reconfigurados para atender às novas necessidades da sua nova e mais profunda crise. Sendo assim, não é de se estranhar que a educação também seja afetada. É justamente o que Tonet propõe (2012, p.27): “pensar a educação partindo da crise do mundo atual.” E entender que:

A educação, assim como todas as outras dimensões sociais, está em crise. Não só nos países periféricos, mas, embora de modos diferentes, também nos países centrais. Afinal, o mundo todo está em crise. Há algumas décadas ele vem sendo sacudido por intensas, amplas e profundas transformações que, tendo seu epicentro na economia, se espraiam por todas as dimensões sociais. (TONET, 2012, p.27)

Deste modo, o aprofundamento da crise na transição da década de sessenta a de setenta do século XX, levou o capital monopolista a um conjunto articulado de respostas, transformando assim o cenário mundial de acordo com as mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais.⁶ Dessa forma, a educação também não

⁵ “A *onda longa expansiva* esgotou-se. A taxa de lucro, rapidamente, começou a declinar [...] também o crescimento econômico se reduziu: nenhum país capitalista central conseguiu manter as taxas do período anterior [...] a ilusão dos ‘anos dourados’ é enterrada [...] registra-se então uma *recessão generalizada*, que envolve simultaneamente *todas* as grandes potências imperialistas [...] a *onda longa expansiva* é substituída por uma *onda longa recessiva*: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas.” (NETTO; BRAZ, 2012, p.225-226)

⁶ “Caracteriza-se pela exigência de retirar do Estado e transferir para o mercado a condução direta do processo social; pela flexibilização das leis e normas que regem o movimento dos capitais; pela abertura (mas, apenas dos países periféricos, não dos centrais) das economias aos capitais estrangeiros; por inúmeras mudanças nas leis trabalhistas, para facilitar os interesses do capital; pela reforma do Estado, não para torná-la simplesmente mais eficiente, mas para que seja mais adequado

podia ser excluída dessas mudanças. Portanto, toda a lógica da educação vai ser moldada de acordo com as transformações impostas pela crise do capital⁷, transformando-a assim em uma simples mercadoria. Este processo parte do entendimento de que a educação deixou de ser um direito para constituir-se numa mercadoria essencial para o processo de reprodução e expansão do capital. O que antes era garantido pelo Estado, uma concessão à classe trabalhadora, agora deve ser “comprada” através de um serviço oferecido por um mercado, como uma mercadoria, seguindo todo um ideal mercadológico e funcional ao novo processo de acumulação do capital. Sendo assim, Tonet aponta:

É, pois, fácil entender que, na medida em que a matriz do mundo, que é o trabalho, está em crise, a educação não poderia deixar de participar desta mesma crise. Como, porém, esta crise rebate na educação? Das mais variadas formas, mas sinteticamente, em primeiro lugar, revelando a inadequação da forma anterior da educação frente às exigências do novo padrão de produção e das novas relações sociais; constatando que as teorias, os métodos, as formas, os conteúdos, as técnicas, as políticas educacionais anteriores já não permitem preparar os indivíduos para a nova realidade. Em segundo lugar, levando à busca, em todos os aspectos, de alternativas para esta situação; em terceiro lugar, imprimindo a esta atividade, de modo cada vez mais forte, um caráter mercantil. Isso acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas. Daí a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria [...]. (TONET, 2012, p.32)

Partindo deste entendimento, ao analisar o processo de sucateamento e a política de reconfiguração da universidade pública, Tonet (2012) argumenta que não se trata mais de uma questão pontual, ou de uma má gestão dos recursos, ou quaisquer outras causas de cunho conjuntural. A causa central e mais profunda da precarização da universidade pública está diretamente relacionada à crise mundial capitalista dada a partir da década de 70 do século XX. Segundo ele, o que está em

à reprodução dos interesses da burguesia; e finalmente, face aos graves problemas sociais que tudo isto acarreta, pelas chamadas políticas compensatórias.” (TONET, 2012, p.90-91)

⁷ “Segundo Mészáros, o que o capital vive hoje não é uma simples crise comum, mas uma crise estrutural. Segundo ele, a diferença mais marcante reside no fato de que, ao contrário das crises comuns, que afetam apenas setores ou partes do mundo capitalista, esta atinge tanto o conjunto do mundo como todos os segmentos da sociabilidade capitalista. Isto não significa um colapso iminente do capitalismo, mas apenas o fato de que os limites dentro dos quais o capital opera para reproduzir-se estão cada vez mais estreitos e as consequências, para a humanidade, em um grau de negatividade tal que põem em perigo a própria existência desta.” (TONET, 2016, p.142)

curso no Brasil e no mundo como um todo, é a reconfiguração da relação entre o setor público e o privado. Este processo vai se dar basicamente por meio de privatizações. “É o modo como a classe burguesa procura fazer pender a seu favor a apropriação da riqueza socialmente produzida.” (TONET, 2012, p. 85) Esse processo de privatização na educação se manifesta pelo grande aumento quantitativo do setor privado na educação superior e pela intensificação do caráter mercantil da educação. O autor destaca ainda, que quanto ao setor público:

O processo se expressa mediante a diminuição dos recursos, a introdução progressiva de cursos pagos, crescente parceria entre universidades e empresas privadas, tendo estas a direção da produção do conhecimento, instituição de formas de salário baseadas em gratificações; introdução do GED (instrumento da lógica empresarial), “flexibilização” das relações de trabalho; diminuição do quadro de professores e funcionários e aumento da carga de trabalho; introdução da perversa forma do “professor substituto”, precária, mal remunerado e sobrecarregado de trabalho; além do aviltamento salarial, com objetivo de rebaixar o nível do ensino público superior. Tudo isto tem como consequência o rebaixamento geral do sistema universitário público e a imposição da lógica empresarial à educação pública. (TONET, 2012, p. 88)

Desta maneira, o capital que está em crise, vê na educação uma nova área para explorar e conseguir mais lucros. Assim, o que antes era direito da classe trabalhadora, é superado pela perspectiva da educação como privilégio: “a crise estrutural do capital impõe a necessidade de transformação da educação em uma mercadoria como outra qualquer” (SANTOS NETO, 2014, p.98). Sendo assim, o que Santos Neto chama de “contrarreforma da universidade pública” tem como objetivo a concepção de que a educação pública deixou de ser um direito da sociedade - conseguido após muitas lutas - “para constituir-se numa mercadoria fundamental ao processo de reprodução e expansão do capital.” (2014, p. 98) Conclui-se então que:

A ofensiva capitalista para expropriar a mais-valia do trabalhador extrapola o processo de expropriação do tempo de trabalho no interior da fábrica, pois é necessário estender sua expropriação às diferentes esferas da vida dos indivíduos, particularmente à educação. (SANTOS NETO, 2014, p.98)

É neste cenário de privatizações e contrarreforma do ensino superior público que o REUNI se faz presente. Como mais uma manobra do Estado brasileiro e do capital internacional para concretizar seus objetivos de expansão e reprodução.

Posto isso, a partir do próximo capítulo explicaremos como o modo de produção capitalista moldou a educação superior brasileira e sua nova configuração em consonância com a crise mundial capitalista e seus anseios, para então demarcar o ambiente em que se deu o REUNI e o porquê de sua implantação.

2- A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

2.1 O surgimento do ensino superior e a criação da universidade no Brasil

Neste item faremos um breve resgate histórico do ensino superior brasileiro, de acordo com a posição que o Brasil ocupa no cenário mundial, primeiramente como colônia de Portugal e mais recentemente como país periférico, destacando sua submissão aos ditames do capital internacional, situação esta que se assemelha às relações de subordinação estabelecidas desde sua origem enquanto nação. E como isto determina a educação brasileira atual, aproximando-se do nosso objeto de estudo, o REUNI.

Segundo Bastos (2007) o início da educação formal no Brasil tem relação direta com a colonização europeia dada no século XVI no contexto de intensificação do desenvolvimento inicial do sistema capitalista, necessária à acumulação primitiva dos países colonizadores. Neste sentido a educação formal brasileira é organizada de acordo com os interesses de sua metrópole Portugal. Seguindo este cenário histórico, Cunha (1986) levanta a seguir aspectos econômicos e políticos importantes:

A colonização surgiu, então, como uma variante para intensificar a acumulação (primitiva) de capital que acabaria por acelerar o processo de formação dos Estados Nacionais centralizados e emergência da economia capitalista, tendo na industrialização seu veio maior. A colonização consistia, basicamente, na organização de uma economia complementar à da metrópole. Na América Portuguesa, depois de uma curta fase de escambo de artigos manufaturados por pau-brasil, com os indígenas, a economia passou a estruturar-se na plantação de cana para o fabrico de açúcar, um produto de grande consumo na Europa. (CUNHA, 1986, p.19-20)

Esse feito de exploração e acumulação de riqueza extraído da colônia, com o sistema de escravidão se faz necessário para aquilo que Marx denomina de acumulação primitiva do capital. Segundo Marx (1988, p. 828), “a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a produção capitalista, e este a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadoria”. Para seguir tal característica do sistema, a acumulação de capital se faz ponto de partida. Dentro da realidade objetiva, o sistema escravocrata esteve em consonância com o processo complexo e dinâmico do desenvolvimento econômico mundial capitalista.

Com embasamento neste viés, Bastos (2007) enfatiza que as colônias existiram fundamentalmente para acelerar a acumulação inicial do capital por parte da burguesia comercial europeia e fortalecer os Estados europeus.

Neste cenário colonial, a educação vai ser organizada e desenvolvida pelos colégios jesuítas, a partir da chegada da Companhia de Jesus ao Brasil em 1549⁸. Segundo Cunha (1986), os colégios jesuítas se dividiam em quatro graus de ensino: o curso elementar que consistia no ensino das “primeiras letras”(ler, escrever e contar) e da doutrina religiosa católica; o curso de humanidades, de dois anos de duração que consistia no ensino da gramática, retórica e humanidades; o curso de artes, que equivalia aos graus de bacharel e licenciado; e o curso de teologia que conferia o grau de doutor.

Cunha (1986) entende que a educação, no período colonial, apresentou-se de forma rudimentar, uma vez que, e sem levantar outras questões, não se demandava maiores investimentos na colônia naquele momento histórico, apenas o suficiente para a legitimação da exploração no bojo da acumulação de capital.

Diante das transformações políticas, econômicas e culturais ocorridas durante o século XVIII em Portugal - principalmente a decadência do seu potencial colonizador e o constante conflito com outras nações europeias na disputa pela exploração das riquezas das Américas. Exigiram da metrópole uma nova forma de abordagem sobre a colônia, com o objetivo exclusivamente econômico de romper com a subordinação que Portugal sofria diante dos demais países exploradores (neste caso, especificamente Inglaterra e Espanha) e recuperar seu potencial hegemônico explorador. (CUNHA,1986)

Neste contexto, surgiu a política pombalina que consistiu num conjunto de medidas que visavam criar condições para que ocorresse em Portugal a

⁸ “Sua missão era a de cumprir o mandato real de conversão dos índios e dar apoio religioso aos colonos, para o que recebiam subsídios do Estado, bem como sesmarias destinadas à manutenção dos estabelecimentos que viessem a criar. Embora sua principal missão, pelo mandato real, fosse a conversão dos índios, a fundação de colégios, nos moldes que a ordem vinha multiplicando em diferentes regiões do mundo, acabou por assumir, senão a primazia, importância pelo menos comparável à outra.” (CUNHA, 1986, p.24)

industrialização que se gerava na Inglaterra. Sendo assim, Cunha resume esta nova política em três objetivos:

Primeiro, o incentivo às manufaturas na metrópole. Um dos incentivos foi a criação de reserva de mercado nas colônias, conseguida através da proibição das manufaturas que começavam a existir nas regiões das minas, no Brasil, induzidas pela intensa urbanização, pelo aumento e distribuição da renda. Segundo, o incentivo à acumulação de capital público e privado, pela concessão do privilégio de monopólio do comércio de certos bens a companhias formadas na metrópole e nas colônias. Terceiro, o objetivo que mais interessa a este texto, a substituição das ideologias orientadas para uma sociedade feudal, por outras, orientadas para uma sociedade capitalista. (CUNHA, 1986, p.41)

Diante deste cenário, os jesuítas perdem a influência no campo educacional para a nova política econômica de Portugal – aumento do poder do Estado sobre a nobreza e as instituições que a apoiavam e a legitimavam. Os portugueses queriam organizar a educação formal para servir aos novos interesses da metrópole e ao seu enriquecimento.

Ainda segundo Cunha (1986), a expulsão dos jesuítas da colônia portuguesa em 1759, constituiu a primeira grande transformação no ensino formal do Brasil, pois este teve que ser todo reformulado para atender aos novos interesses econômicos de Portugal.

Para Paiva (2009), o sistema de educação superior no Brasil sempre esteve ligado aos interesses da elite, sendo construído na base da dinâmica socioeconômica. Para explicar isto, o autor ressalta:

Na primeira metade do século XIX, as colônias espanholas no continente já contavam com 23 universidades, enquanto, no Brasil, os filhos das famílias ricas iam a Europa, pois inexistia o interesse da constituição de centros de ensino no território. As primeiras escolas superiores foram fundadas durante o processo de independência. Eram cursos isolados politécnicos - de Medicina, Direito e Belas Artes, feitos para a formação exclusiva dos membros da elite. O estado colonial e imperial não oferecia ensino público para todos, e a grande massa da população, entre os livres e os escravos, era analfabeta. (PAIVA, 2009, p. 68).

Ainda segundo a exploração histórica de Paiva (2009), as primeiras iniciativas de expansão da educação se deram no final do século XIX diante do processo de modernização nacional, o qual já demandava nova configuração da educação, mas não a garantia da educação pública. Igrejas começavam a fundar os primeiros cursos de Filosofia e Teologia e o Estado possuía poucas escolas públicas. Neste cenário, a maioria da população era analfabeta, o que passou a mudar com o advento da

República. A partir daí o Estado passou a expandir o ensino fundamental nos centros urbanos, tendo em vista a preparação da mão de obra destinada à indústria. No âmbito universitário, as escolas isoladas passavam a ser criadas com a separação entre Igreja Católica e o Estado.

Já para Bastos (2007) o desenvolvimento do ensino superior começa a ser realmente constituído em 1808, a partir da chegada da família real ao Brasil. Mas o surgimento da primeira universidade brasileira só vai se dar apenas no século XX, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920, instituída através do decreto nº 14.343 de 7 de setembro⁹. Esse processo tardio se deu principalmente pela resistência por parte de Portugal e da aristocracia rural nascida no Brasil¹⁰. No período colonial apenas foram desenvolvidos alguns cursos de nível superior (cursos de teologia, artes e filosofia) que não constituíam escola, nem faculdade superior, apenas cursos isolados.¹¹

Ainda segundo Bastos (2007) essa condição tardia da universidade brasileira se deve ao seu atraso histórico, consequência do grau de desenvolvimento econômico e social da época. Neste período o Brasil vive a primeira fase republicana, onde seu desenvolvimento industrial começa a ser fomentado. O que significa dizer que agora a classe trabalhadora necessita de uma formação mais elaborada e sistemática para atender às novas demandas do mercado de trabalho. A formação antiga já não era

⁹ “De acordo com o decreto nº 14.343, de 07 de Setembro de 1920, no seu primeiro artigo, ‘ficam reunidas, em Universidade do Rio de Janeiro (URJ), a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.’ Como podemos constatar: um ajuntamento de faculdades. A universidade brasileira surge, assim, agregando os diversos cursos superiores, ou como diz Luckesi (1987, p.34), um “ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se de universidade”. De acordo com Teixeira (1989, p.84), “a república dá nome de universidades às escolas profissionais superiores que havia no Rio de Janeiro”. (BASTOS, 2007, p.41)

¹⁰ “A história da criação de universidades no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência tanto por parte de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, como por parte de brasileiros, que não viram justificativa para a criação de uma instituição desse gênero” (FÁVERO *apud* BASTOS, 2007, p.38)

¹¹ “Apesar de no século XVIII, os jesuítas já desenvolverem alguns cursos considerados de nível superior (numa perspectiva teológica), eram cursos de teologia, artes e filosofia. Tais cursos de caráter isolado foram-se desenvolvendo a ponto de existirem pelo menos seis cursos desse nível nesse período, entretanto, não havia universidades e mesmo esses cursos de nível superior, ofertados pelos jesuítas não correspondiam a uma escola ou faculdade superior; mesmo tendo eles interesse em construir uma universidade no Brasil.” (BASTOS, 2007, p.38)

suficiente para atender as necessidades modernizadoras deste novo momento histórico.

Cunha (1986) entende, que é somente com a ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, com o seu projeto de industrialização e urbanização que o ensino superior ganha solidificação com a criação das universidades, no propósito de constituir mão de obra intelectual e qualificada para atender às demandas que passavam a emergir no novo cenário político, econômico e social formado a partir do desenvolvimento e expansão do capital no Brasil.

Para Santos Neto (2014) a expansão da educação superior não se deu de forma isolada e desprovida de interesses, mas justamente em consonância com as necessidades do dado desenvolvimento da sociedade brasileira e no contexto mundial de expansão do capital, demandadas na ocasião, pela segunda guerra internacional (1939-1945).

O processo de industrialização é instaurado em plena consonância com as determinações do capital, que pressupõe, no contexto de guerra mundial, o estabelecimento de novas bases subjetivas e objetivas para o desenvolvimento das economias dependentes. É nesse horizonte que se inscreve a gênese da universidade brasileira. (SANTOS NETO, 2014, p.95)

Na visão de Cislighi (2010), com a crescente urbanização e industrialização no Brasil a partir da década de 1930, surge a necessidade de formar força de trabalho para os setores secundários e terciários da economia e juntamente a isso, demanda-se uma exigência de massificação do conhecimento para suprir as novas necessidades no âmbito da produção e do consumo posta na nova dinâmica do capitalismo.

A universidade durante a Era Vargas (1930-1945), surge da necessidade, segundo Santos Neto (2014) de se expandir e aprimorar a subjetividade burguesa, e criar o ideário de mobilidade social, onde episodicamente esta formação podia ser acessada pelos filhos das classes trabalhadoras. Criando a ilusão de que a educação seria uma forma de conseguir a tal sonhada ascensão social. Desta forma Santos Neto explica:

Aqueles que não possuíam as qualidades fundamentais para ingressar na universidade poderiam ser contemplados, mediante processo seletivo, no sistema politécnico de ensino oferecido pelas escolas técnicas em processo de implementação pelo Estado Novo ou no sistema S (Senai, Sesc, Sesi e

Senac). Na realidade, o máximo que os filhos do proletariado podiam alcançar era a formação oferecida pelo sistema técnico de ensino. O acesso ao ensino universitário especialmente Medicina e Direito, tem caráter fortuitamente episódico. (SANTOS NETO, 2014, p.96)

Para Santos Neto (2014), a universidade funciona como uma mediação fundamental na subordinação da nascente classe operária aos preceitos de controle da burguesia nacional e internacional, constituindo-se fundamental ao processo de formação de uma espiritualidade operária submissa aos imperativos do capital.

Deste modo, Cunha (1986) chegou a uma periodização do ensino superior brasileiro do período colonial a Era Vargas, destacando:

O primeiro período é o da colônia, iniciando-se em 1572, data de criação dos cursos de artes e teologia no colégio dos jesuítas da Bahia, provavelmente o primeiro curso superior no Brasil, estendendo-se até 1808, quando da transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro. O segundo período, o do Império, inicia-se, de fato, quando o Brasil era ainda colônia, em 1808, com a criação de um novo ensino superior, estendendo-se até 1889, com a queda da monarquia. O terceiro período, o da república oligárquica, tem início com o governo provisório de Deodoro e termina com a instalação do governo provisório de Vargas, em 1930. O quarto período, a era de Vargas começa com a revolução de 1930 e finda com a deposição do ditador, em 1945. (CUNHA, 1986, p. 16)

Com o fim da Era Vargas, de 1945 a 1964, o ensino superior começa a sofrer uma crise de identificação, pois duas correntes brigam pela hegemonia dentro da universidade: o modelo napoleônico (francês) e o modelo alemão. Até que com a ditadura militar a influência norte-americana começa a se sobrepor ao modelo antigo. A partir da Lei 5.540 de 1968 (reforma universitária da Ditadura militar) a Universidade nos moldes que conhecemos hoje foi fomentada. Esta reforma foi ditada pelos consultores norte-americanos através da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), a fim de promover o desenvolvimento associado ao capitalismo internacional norte-americano. (CUNHA, 1988)

Sendo assim, Santos Neto (2014) entende que o golpe de Estado de 1964¹² representou a consolidação de uma educação subordinada aos imperativos de uma

¹² “A burguesia brasileira precisava, nos anos finais do chamado período ‘nacional desenvolvimentista’, sufocar toda e qualquer forma de pressão social, fosse advinda de setores burgueses (e pequeno-burgueses) mais radicais, democráticos ou nacionalistas, fosse das camadas populares. A manutenção da ordem burguesa dependente e subordinada aos ditames do imperialismo tornava-se tão mais imperativa à medida que as forças sociais que a pressionavam ganhavam força. O Golpe de 1964 foi o resultado disso: o encerramento das possibilidades de desenvolvimento capitalista autônomo, ensaiadas e expressas por certas frações da burguesia brasileira e pelas camadas populares.” (MINTO *apud* SANTOS NETO, 2014, p.97)

economia dependente das determinações do imperialismo norte-americano. A crise estrutural do capital em 1973, que se configurou no colapso dos modelos taylorista e fordista¹³ foi sentida no decorrer das décadas seguintes pelas universidades brasileiras, consolidando-se na década de 90 e no início do século XXI, onde a educação superior se adequou à reestruturação produtiva¹⁴ ou “precarização flexível”.

No Brasil, de 1964 a 1988, o que ocorreu no ensino superior segundo Tonet (2012), foi a continuidade do projeto de nacionalismo associado ao capital internacional, especialmente o norte-americano. Com o fim da ditadura militar a burguesia nacional ficou sem um projeto e uma liderança unificada. Entretanto um projeto unificado começou a ser gestado por Fernando Henrique Cardoso, já com a influência do neoliberalismo¹⁵ em consequência da crise atual do capital. Diante disso, o que se observa da década de 1990 até os dias atuais, é uma adequação da educação superior às políticas neoliberais, sob a clara hegemonia dos interesses norte-americanos, impostos principalmente por organismos internacionais como o BM e o FMI.

Com isso, entende-se, mais claramente que a sistematização do ensino superior no Brasil, com a criação da primeira universidade no Brasil apenas em 1920,

¹³ “A forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através dos controles dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.” (ANTUNES *apud* SANTOS NETO, 2014, p.97)

¹⁴ “Uma metodologia de produção e de entrega mais rápidas e precisas que os demais, associada justamente à manutenção de uma empresa ‘enxuta’ e ‘flexível’. Isso era obtido pela focalização no produto principal, gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades, com utilização de uma força de trabalho polivalente – agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades.” (PINTO, 2013, p.46)

¹⁵ “Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinados à supressão ou redução de direitos e garantias sociais. (NETTO; BRAZ, 2012, p.239)

não ocorreu aleatoriamente ou enquanto projeto de produção e disseminação de conhecimento voltado prioritariamente às necessidades humanas. Mas sim, como uma exigência diante das necessidades demandadas pelo próprio sistema, acentuando a relação da produção de conhecimento para o favorecimento dos interesses econômicos da classe dominante.

2.2 A educação superior brasileira no cenário neoliberal

De acordo com o que foi exposto no item anterior, entendemos que a educação superior brasileira sempre esteve de acordo com os interesses dos grupos dominantes nos diferentes momentos históricos. Sempre na perspectiva de manutenção ou reordenamento da ordem vigente. Na conjuntura atual isto não seria diferente. Logo, para compreendermos as transformações da educação superior no Brasil se faz necessário conectá-las com as modificações ocorridas no sistema do capital, mais recentemente com a aplicação das políticas neoliberais. Como estas mudanças refletem na estruturação no ensino superior público brasileiro e na formulação de suas políticas, planos e projetos, sempre alinhados às determinações do capitalismo internacional, agora em sua crise estrutural.

O período de grande desenvolvimento econômico no pós-guerra se findou, o seu modelo de acumulação entrou em crise, as taxas de lucro decaíram e o modelo de Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) não foi mais possível. Os anos de 1945-1970 foram de grande crescimento econômico, acompanhado de grandes “conquistas” para a classe trabalhadora. “A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão dos trabalhadores, foi a consolidação de políticas sociais e a ampliação de sua abrangência” (NETTO; BRAZ, 2012, p.218).

Segundo Netto e Braz na passagem dos anos sessenta para os setenta do século XX, esse breve período de desenvolvimento entrou em crise e com ele novos mecanismos de reestruturação foram implementados, “revertendo as conquistas sociais alcançadas no segundo pós-guerra” (NETTO; BRAZ, 2012, p.219). Essa crise pôs fim a anos de crescimento e exigiu do capital “um conjunto de respostas que

transformou largamente a cena mundial: mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais” num ritmo extremamente veloz. (NETTO; BRAZ, 2012, p.223)

Fazendo um breve resgate acerca do que antecede a crise do capital a partir da década de 1970, Tonet escreve:

Tomemos como referência o período de 1945 a 1970. Neste período temos aquilo que se convencionou chamar, em sentido amplo, de Estado de Bem-estar social. “Surgindo como resposta à crise de 1929, este baseava-se numa forma de produção em massa e no “pleno emprego”. Estes e outros elementos tiveram como consequência o aumento da produção da riqueza e também um acesso maior da classe trabalhadora (em sentido amplo) a esta riqueza, tanto sob a forma de salários diretos como sob a forma de serviços públicos de melhor qualidade e de ampliação dos benefícios e direitos sociais. É certo que isto se deu principalmente nos países mais desenvolvidos, até porque há uma íntima relação entre o enriquecimento destes e o empobrecimento dos outros países, mas, de qualquer forma, também teve rebatimento nestes últimos. (TONET,2012, p.89)

Tratou-se de um período na história do capitalismo em que foi possível proporcionar um certo bem-estar social, nos países capitalistas centrais, mas que pela própria lógica do sistema não perdurou por muito tempo, uma vez que mais uma crise eclodiu a partir de 1970. No Brasil, nesse período que antecede a crise de 1970, como ressalta Tonet (2012), vivenciava-se um processo de desenvolvimento, sobretudo, dos setores estratégicos (metalurgia, eletricidade, comunicações, transportes, etc.), porém em associação com o capital estrangeiro.

Diante do novo quadro de crise, logo ocorre uma reação burguesa à crise global do capital demandando, no bojo do enfrentamento, dentre outros aspectos, a *reestruturação produtiva*¹⁶ (revolução tecnológica e organizacional na produção), flexibilização das relações de trabalho e de produção, mundialização econômica e um receituário neoliberal com a reconfiguração do Estado na efetivação de legitimação desse processo, como apontam Behring e Boschetti (2011).

De acordo com Netto e Braz (2012), para legitimar o novo plano de estratégias de enfrentamento da crise, o grande capital tratou de fomentar e patrocinar a divulgação do conjunto ideológico denominado neoliberalismo. “Essa ideologia

¹⁶ “A produção ‘rígida’ (taylorista-fordista) é substituída por um tipo diferenciado de produção, que da forma anterior mantém a característica de ser realizar em grande escala; todavia, ela destina-se a mercados específicos e procura romper com a estandarização, buscando atender variabilidade culturais e regionais e voltando-se para as peculiaridades de ‘nichos’ particulares de consumo.” (NETTO; BRAZ, 2012, p.228)

legítima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento” (NETTO; BRAZ, 2012, p.239). Seu primeiro ataque foi sobre as dimensões democráticas da intervenção do Estado:

Começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços – trata-se do processo de privatização, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval, e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos, seguros). Essa monumental transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para o controle de grupos monopolistas operou-se nos países centrais, mas especialmente nos países periféricos – onde, em geral significou uma profunda desnacionalização da economia e se realizou em meio a procedimentos profundamente corruptos. (NETTO; BRAZ, 2012, p.240)

Em momento algum o Estado passa a diminuir sua função de defender e legitimar os interesses da classe dominante, visto que, embrionariamente surge para tal. O que ocorre é uma reconfiguração diante das transformações, em especial, econômicas que ocorrem dentro da nova dinâmica da sociedade de classes. Nos termos de Netto e Braz:

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (NETTO; BRAZ, 2012, p.239):

De acordo com Bastos (2007), com a intensificação da crise do capitalismo, mais precisamente a partir da década de 1970, passaram a eclodir novos frutos de enfrentamento da crise, e nesse quadro, os países periféricos são chamados a se adequarem ao novo ordenamento do mundo globalizado. Para o autor, a conjuntura atual, que tem sua base na recente crise do capital, é fundamental para compreender os encaminhamentos políticos e econômicos destinados à universidade.

Apoiados em governos submissos ao capital internacional aplicam-se as primeiras medidas para garantir a manutenção da ordem capitalista, onde se propõe alterar, definitivamente, entre outras coisas, o papel e o conceito de universidade pública. Dizendo de outro modo, esse novo modelo redefine a estratégia de livre concorrência, abrindo as portas para que o público e o

privado assumam em todos os setores possíveis uma nova postura, que implica a diminuição, desarticulação e sucateamento do público em favor do privado, especialmente no que se refere ao ensino superior. (BASTOS, 2007, p. 70)

As políticas neoliberais emergem no Brasil mais precisamente a partir dos anos 1990¹⁷, quando o ideário neoliberal passa a influenciar e afetar expressivamente não apenas o âmbito econômico, mas também a área social tornando as políticas sociais mais funcionais ao capital, diante do quadro de crise estrutural iniciado na década de 1970. Dentro do conjunto de estratégias para superar a crise, o capital procura se expandir mundialmente em busca de outros espaços lucrativos visando a maximização de lucros.

Lima (2005) ressalta que a partir da década de 1990, deu-se uma intensificação expansiva do capital no espaço público indo além das atividades diretamente ligadas à produção econômica, mas também para a área social. Mostra a autora, que ocorreu acentuada privatização dos serviços públicos, incluindo, em especial a educação superior, uma vez que esta se apresentou, usando os termos de Santos Neto (2014), enquanto “balcão de negócios” bastante lucrativos e assim, de grande interesse para o investimento do capital.

Segundo Lima (2005, p.87) “esse processo demandou a reformulação da educação superior brasileira levando à desconstrução da educação enquanto direito social”. Tal configuração se dá, como expõe a autora, por meio das privatizações, repasse de recursos públicos ao setor privado, modelo de gestão dentro da lógica empresarial, apresentando aspectos custo-benefício, eficácia e qualidade condizente com o caráter de mercado.

É neste cenário que as transformações do ensino superior se dão. A educação agora torna-se mais uma fonte de extração de lucros e expansão da intervenção do capital. Para Santos Neto (2014) a ofensiva capitalista extrapola a expropriação da mais-valia do trabalhador no processo de trabalho no interior das fábricas, agora é

¹⁷ “Impôs à classe trabalhadora, de um lado, a precarização dos serviços públicos e a flexibilização de seus direitos, mediante o aumento da informalidade e do desemprego estrutural; ao empresariado nacional, de outro, uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho, com a manutenção de acordos predatórios fundados em políticas monetaristas, ditadas por organismos de controle financeiro internacionais.” (PINTO, 2013, p.52)

necessário estender sua expropriação às diferentes esferas da vida dos indivíduos. Neste cenário, a educação superior converte-se em mais um campo para a extração de mais-valia em meio a mais uma crise, e deixa de seguir a noção de educação pública - um direito garantido à sociedade - para se constituir como uma mercadoria fundamental ao processo de expansão e reprodução do capital. (SANTOS NETO, 2014)

A lógica do mercado vai dar o tom dessa reformulação do ensino superior público, uma vez que, de acordo com o entendimento de Santos Neto (2014) em linhas gerais: a crise estrutural do capital vai impor a necessidade de transformação da educação numa mercadoria como qualquer outra, adequando-a às novas necessidades de expansão do capital em crise.

Isso já significava o retrato dentro do contexto mundial, no marco da chamada crise estrutural do capital, na onda de um reordenamento político e econômico onde os países periféricos teriam, então, que se adequar política e economicamente de acordo com os novos ditames do capital diante da crise, e como resposta às nuances de fôlego para sua constante perpetuação, expansão e crescimento, seguindo sua lógica fundamental.

Para analisar a situação do ensino público atualmente, mais precisamente, a crise da universidade pública, é imprescindível procurar sua base no contexto da crise do capital, como defendem os autores: Santos Neto (2014), Netto e Braz (2012), Bastos (2007), Tonet (2012), para assim compreender o momento atual do ensino superior. Isso porque como destacam Behring e Boschetti (2011) as estratégias de extração de superlucros expandem-se para os setores de utilidade pública onde se inclui, a educação. O capital procura se expandir para a área social, para auferir lucros e dessa forma, a educação em especial, vai se tornando um grande “banco de negócios”.

É importante atentar para uma questão crucial nesse processo de contrarreforma do Estado, entendendo que a ideia de diminuição do aparelho estatal defendida pelo ideário neoliberal não contradiz sua funcionalidade à classe dominante, mas se apresenta em consonância com os novos ditames de ordem capitalista, que na atual conjuntura requer um Estado não de caráter keynesiano-

intervencionista, mas de configuração, nos termos de Netto e Braz (2012, p.239) “mínimo para o trabalho e máximo para o capital”, deixando o mercado livre - guiado pela chamada mão-invisível - regulando apenas situações necessárias à própria manutenção do sistema vigente. O Estado passa, então, a apresentar uma nova forma de favorecer os interesses da classe capitalista; nas palavras de Marx e Engels (2008, p.12): “um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”. Até porque como explicita Netto e Braz: “a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal; por isso mesmo, o grande capital continua demandando essa intervenção” (2012, p.239)

Com relação à política educacional, esta configura-se de acordo com as orientações e imposições, sobretudo, internacionais, visto a nova reorganização mundial globalizada de dominação do capital, tendo, segundo Santomé (2003, p. 16-17), instituições como FMI, Banco Mundial, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) encarregados de promover e vigiar os processos de globalização do capital, ditando “as regras que os governos devem adotar; sob ameaças de marginalização e/ou rivalidade declarada.” Com isso, organismos internacionais vêm determinando as coordenadas à educação, não só no Brasil, mas nos países periféricos como um todo. Com relação a isso, Leher afirma:

O objetivo supremo das políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI segue sendo viabilizar o pagamento dos ignominiosos juros e serviços da dívida, em favor do capital rentista. Ao assinar um acordo com o FMI, o país "flexibiliza" a sua soberania, chegando, até mesmo, a mudar os seus textos constitucionais para atender "as condicionalidades inscritas nesses acordos, como fizeram a Argentina, o Brasil e o México, tristes exemplos dessa situação. Em continuidade, os acordos reduzem as políticas sociais a ponto de, no limite, restringir os direitos sociais à manutenção vegetativa da vida dos miseráveis (campanhas contra a fome) e, para assegurar a governabilidade, sustentam medidas focalizadas capazes de aliviar a pobreza para assegurar o controle social, atualmente uma das maiores preocupações do Banco Mundial, em virtude da devastação social, e do conseqüente aumento na tensão social, provocado pelas políticas neoliberais. (LEHER, 2006, p.63)

A educação ganha um lugar de destaque, sendo reconfigurada de acordo com interesses dissimulados que se centram na tarefa de disseminar o projeto burguês, como estratégia de alívio da pobreza ampliada na periferia, formando mão de obra condizente com as exigências do mercado, e ainda enquanto crescente área de investimentos para o capital (GREGÓRIO, 2012).

No cenário neoliberal, a educação é inserida na lógica mercadológica, ganhando adesão diante da exaltação dissimulada do setor privado e incentivo governamental. Nesse sentido, Santomé (2003, p.32) diz: “O conceito de educação como bem de consumo implica promover uma mentalidade consumista em seus usuários e usuárias”.

Paiva (2009) ressalta que foram formulados vários documentos por instituições como o BM e o CEPAL/UNESCO propondo linhas de atuação para a educação nos países latino-americanos dentro de preceitos neoliberais inspiradas no Consenso de Washington. No cenário brasileiro, no governo de FHC a educação é marcada pela lei nº9394 de 1996, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação (LDB) fortemente influenciada pelas orientações de organismos internacionais no bojo dos interesses da iniciativa privada. A partir de então, o setor privado de educação, em todos os níveis, vai ganhando impulso; descaracterizando a educação enquanto direito e exaltando-a como bem de consumo.

Para Santomé (2003), o ensino superior vem sendo crescentemente transformado em um mercado lucrativo, amparado, no aspecto subjetivo, por bases ideológicas neoliberais na defesa da redução da educação a mais um bem de consumo, ou seja, colocada enquanto mercadoria. Além dos discursos que dissimulam os interesses econômicos e políticos que estão por trás da posição mercantilista.

Segundo Behring e Boschetti (2011) essa conjuntura apresentou um leque de contrarreformas atingindo a Constituição Federal de 1988 (de base keynesiana-intervencionista na área social com o alargamento das políticas sociais), visto as modificações de ajustes favoráveis ao campo econômico em consonância com as deliberações e diretrizes neoliberais estabelecidas no Consenso de Washington¹⁸,

¹⁸ “No início da década de 1990 o *Institute for International Economics* reuniu políticos, banqueiros, empresários, representantes dos organismos internacionais e intelectuais para discutirem o documento elaborado por John Williamson, intitulado *Search of a manual for technools*, contendo um programa de estabilização e reforma econômica a ser aplicado tanto nos países centrais como na periferia do capitalismo. A expressão ‘*Washington consensus*’ foi utilizada pelo próprio Williamson no documento *Latin American Adjstment: how much has happened?* Para referir-se a este conjunto de políticas.” (FIORI, 1998; 2001 *apud* LIMA, 2005, p.86)

uma vez que o governo assumiu o compromisso com este, dando ênfase à política econômica. Representando um grande retrocesso para a esfera social.

Como destaca Bastos (2007, p. 70) o receituário neoliberal, assume caráter mais impositivo atingindo diversos campos sociais. Neste cenário, os organismos internacionais: FMI, BID e o BM ditam as novas formas gerenciais no tocante à economia, como as políticas públicas. E os governos, seguem as determinações e os preceitos, sobretudo, implementando “reformas” que têm como foco não a priorização da área social, mas sim da área econômica.

No governo de Fernando Collor de Mello (1990/1992) dá-se início ao engajamento do Brasil no processo de integração aos planos e projetos do capital internacional por meio do projeto político-econômico neoliberal decorrente do novo reordenamento político e econômico de dimensão mundial, dado a partir da década de 1970.

A consolidação do projeto neoliberal no Brasil, apesar de já presente desde o governo Collor, ocorre com afinco no governo de Fernando Henrique Cardoso, através da materialização de inúmeras ações neoliberais, dentre elas, privatizações estatais, intensificação de instituições privadas, inclusive de ensino superior, favorecendo o setor privado.

O governo Cardoso realizou um profundo reordenamento interno das universidades públicas, particularmente as federais. Esse processo ocorreu através de um arcabouço jurídico que permitiu: a venda de “serviços educacionais”, como os cursos pagos, especialmente os cursos de pós-graduação *latu sensu*; o estabelecimento de parcerias entre as universidades federais e as empresas para realização de consultorias e assessorias viabilizadas pelas fundações de direito privado; a concepção de política de extensão universitária como venda de cursos de curta duração; a criação de mestrados profissionalizantes, em parcerias com empresas públicas e privadas, considerados como cursos autofinanciáveis, isto é, cursos pagos, entre outros mecanismos internos de privatização, analisados por vários pesquisadores (SGUISSARD; SILVA JR; MANCEBO *apud* LIMA, 2011, p.90)

O governo de FHC se caracterizou pela efetivação de medidas neoliberais de privatização, pagamento da dívida externa e diminuição do aparelho do Estado no sentido de priorizar a agenda econômica em detrimento da social, estando de acordo com a lei de mercado a qual defende um Estado mínimo. Dessa forma, foi-se afirmando a integração econômica do país no cenário globalizado dentro dos novos imperativos do capital. Mesmo o Plano Real parecendo apresentar expectativas

positivas até 1994, comparando-se à situação de anos anteriores, logo se aguça a submissão aos organismos internacionais (BM e FMI) e em consequência tem-se juros altíssimos, fechamento de empresas, aumento do desemprego, retirada de recursos da União para o pagamento da dívida externa, provocando cortes no fundo público, como por exemplo, na educação; logo se fez acentuar as problemáticas dos serviços públicos e formar a ideia de ineficiência do Estado diante das condições objetivas postas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Segundo Bastos (2007), o governo de FHC representou de fato a consolidação do projeto neoliberal no Brasil. Através de diversos processos de privatizações estatais e da abertura desenfreada de instituições privadas de ensino superior. Desenvolveu também mecanismos que favoreceram o ensino privado em detrimento do ensino público – Provão e ENEM¹⁹.

A primeira eleição de Lula em 2002 significou um marco político no país, visto que, enquanto representante da classe operária, provocava grandes expectativas contra o projeto neoliberal dos anos 1990. No entanto, a política macroeconômica do governo anterior foi mantida com as medidas de ajuste fiscal, privatizações, parceria público-privado, favorecimento comercial, as políticas sociais na lógica do mercado, dentro dos aspectos da ordem neoliberal. Assim, o governo Lula deu continuidade à contrarreforma do Estado, ampliando o setor privado e em contrapartida, diminuiu o espaço público, prosseguindo com políticas focais e seletivas funcionais ao capital. (BASTOS, 2007)

É fundamental compreender que o governo Lula foi o principal responsável por um conjunto de atos, decretos e portarias²⁰ necessários para "reformular" a Universidade pública brasileira, e que incidiram diretamente sobre o futuro desta, assim como concebida na CF de 1988. Medidas estas, que enaltecem o setor privado e estimularam a competição por verbas públicas entre os dois setores, como

¹⁹ "O Provão (Exame Nacional de Cursos) foi criado, em 1996, por iniciativa do MEC na gestão do Ministro Paulo Renato Souza. O ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio foi instituído em 1998." (BASTOS, 2007, p.49)

²⁰ "Em especial podemos citar as PPP (Parcerias Públicas Privadas); a Lei de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica – Lei nº10.973 de 2004; SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) – Lei nº10.861 de 2004; o decreto nº 5.205 de 2004 que regulamenta as fundações e o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) - Lei nº11.096 de 2005" (BASTOS, 2007, p.51)

é o caso do Programa Universidade para todos (PROUNI) e a Parceria Público-privada (PPP). Segundo Leher (2015), estas medidas representaram a precarização e privatização das universidades públicas, ampliando o setor privado, e transformando a educação em um serviço que pode ser comprado e negociado em um mercado que rende grandes fortunas a poderosos grupos educacionais (Laureate, Cogna Anhanguera, Estácio e Anima/Unip). É importante frisar que estas medidas são determinações de organismos internacionais como o BM, FMI e OMC, como contrapartida para empréstimos concedidos ao Brasil, e seguindo a lógica neoliberal que beneficia o setor econômico em detrimento dos direitos sociais. Sendo assim, Kátia Lima afirma:

Estas reformas educacionais, elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais, são expressões das condicionalidades impostas no processo de ajuste estrutural aos países periféricos e têm como objetivos: (1) configurar um novo projeto de sociabilidade burguesa que naturaliza o processo de mercantilização da totalidade da vida social e (2) viabilizar o movimento mais amplo do capital em crise em busca de novos mercados e novos campos de exploração lucrativa, a partir da perversa lógica de empresariamento da educação. (LIMA, 2005, p.82)

Foi no governo Lula que a maioria de decretos e programas foram aprovados, seguindo claramente o receituário dos organismos internacionais, operando as reformas em migalhas, em doses homeopáticas, quebrando a resistência dos movimentos sociais por meio da cooptação de lideranças dos movimentos estudantis, docentes e técnicos. Segundo Santos Neto (2014), o caráter neoliberal desse governo denominado de “esquerda” se manifesta claramente na cronologia dos decretos aprovados. Foram eles:

a) novembro de 2003: Projeto de lei que regulamenta a parceria entre o setor público e o setor privado (PPP); b) abril de 2004: Lei 19.861, que cria os Sinaes; c) setembro de 2004: Decreto 5.205, que regulamenta as fundações privadas ditas de apoio público, legitimando sua presença no interior das universidades; d) dezembro de 2004: Lei 10.973 (Lei de Inovação Tecnológica), que permite a abertura das instalações e laboratórios das universidades públicas para o setor privado, regulamenta a pesquisa a partir dos critérios do mercado, em que o pesquisador passa à condição de empreendedor e participante dos lucros aferidos pelos inventos patenteados, estabelece a separação entre pesquisa, ensino e extensão, pois permite que o pesquisador se afaste de suas atividades de sala de aula para servir à iniciativa privada; e) janeiro de 2005: lei que institui o ProUni, espécie de Proer das instituições privadas de ensino superior que têm 50% de suas vagas ociosas; f) dezembro de 2005: Decreto 5.622, que regulamenta o Ensino a distância (EAD) através de fundações privadas e do Banco do Brasil; g) junho de 2006: PL 7.200/06, projeto que institui a reforma universitária; h) abril de 2007: aprovação do REUNI, plano de reestruturação da universidade pública brasileira que prevê a duplicação do número de vagas e a ampliação da

relação professor-aluno de 12 para 18, bem como a elevação da taxa de conclusão das graduações e o combate à evasão escolar. (SANTOS NETO, 2014, p.102)

Segundo Santos Neto (2014), as facilidades garantidas para a constituição das faculdades privadas no Brasil presentes desde FHC, continuaram e foram melhoradas pelo governo Lula, com a adoção de medidas econômicas fundamentais para a sobrevivência dessas instituições. A criação de programas como o PROUNI²¹ e o FIES²², expandiu vagas em faculdades privadas com o direcionamento de verbas públicas que deveriam ser aplicadas na ampliação e melhoria das universidades públicas. Fica claro então o caráter dessa expansão, que beneficia o setor privado em detrimento do setor público. Para desviar a atenção desse aumento de investimento no setor privado o governo cria o REUNI, “difundindo a ideia de que o governo não apenas investe na universidade pública, mas também a amplia.” (SANTOS NETO, 2014, p.101)

Nesse conjunto de ações, implementa-se o REUNI²³, ancorado no discurso de “inclusão” como forma de expandir o ensino superior público, visto à grande expansão do ensino superior privado proporcionada pelo governo Lula. Sua implantação ocorrida de forma impositiva, já expressa os interesses implícitos que vão sendo desvelados à medida em que as gestões das universidades vão se adequando ao programa. A falta de investimentos de custeio, o corte de verbas, retirada de recursos, precarização das condições de trabalho, falta de investimentos para a permanência dos alunos, são alguns dos problemas. O que se observa então, é o objetivo de

²¹ “O Prouni foi o Proer das instituições privadas de ensino, que finalmente conseguiu solucionar o problema da sua ociosidade de vagas graças à anistia fiscal anual de mais de 3 bilhões de reais. Desde a promulgação do Prouni, elas não pararam de crescer, e passaram de 2.750.552 matrículas em 2003 para 3.764.728 matrículas em 2009.” (SANTOS NETO, 2014, p.101)

²² “O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.” (Site do MEC; Acesso em 02, agosto 2020)

²³ “§ 1o O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.” (Decreto nº 6.096/2007)

expansão das universidades sem um aumento real de verbas para subsidiar as melhorias à qual o programa propõe.

Sendo assim, é importante salientar que a “reforma” da educação superior faz parte de um processo amplo de reordenamento do Estado capitalista, uma estratégia de enfrentamento da burguesia internacional, frente a crise estrutural do capital. Um processo que tem seus primeiros sinais no governo neoliberal de Collor, e que continuam nos governos seguintes, mas com mais firmeza e competência no governo Lula²⁴.

O que se observa atualmente na educação superior, é um processo crescente de sucateamento e precarização da universidade pública, paralelo à exaltação do ensino superior privado²⁵, com base na lógica centrada na ampliação e valorização do capital. Dessa forma, os planos e os programas elaborados e impostos pela

²⁴ “Essa intensa reformulação da educação superior em nosso país ocorre a partir de um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias, como: a) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), Lei n. 10.861/2004; b) o Decreto n. 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas; c) a Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973/2004, que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas; d) o Projeto de Lei n. 3.627/2004, que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas; e) os projetos de leis e decretos que tratam da reformulação da educação profissional e tecnológica; f) o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), Lei n. 11.079/2004, que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais; g) o Programa Universidade para Todos (ProUni), Lei n. 11.096/2005, que trata de “generosa” ampliação de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior; h) o Projeto de Lei n. 7.200/2006, que trata da Reforma da Educação Superior e se encontra no Congresso Nacional; i) a política de educação superior a distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil, Decretos n. 5.800/2006 e 5.622/2005; j) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto n. 6.096/2007, e o Banco de Professor-Equivalente; k) o “pacote da autonomia”, lançado em 2010 e composto pela Medida Provisória 495/2010 e pelos Decretos n. 7.232, 7.233 e 7.234/2010. Esse “pacote” amplia a ação das fundações de direito privado nas universidades federais; retira das universidades a definição dos projetos acadêmicos a serem financiados, transferindo essa prerrogativa para as fundações de direito privado; legaliza a quebra do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva (DE); não resolve a falta de técnico-administrativos, criando somente um mecanismo de realocação de vagas entre as instituições federais de ensino superior (IFES); cria as condições para a diferenciação dos orçamentos das IFES, de acordo com índices de produtividade, intensificando ainda mais o trabalho docente e, por fim, cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), sem deixar claro de onde sairão os recursos financeiros para realização do Programa e l) a Medida Provisória n. 520, de 31 de dezembro de 2010, que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Embora estatal e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a nova entidade terá personalidade jurídica de direito privado, flexibilizando a contratação de trabalhadores dos hospitais universitários.” (LIMA, 2011, p.89-90)

²⁵ “Se em 2002 (final do governo Cardoso) do total de 1.637 IES, 195 eram públicas e 1.442, privadas, em 2008, do total de 2.251 IES, 235 eram públicas e 2.016 eram IES privadas. Em relação à organização acadêmica, em 2002 o número de instituições estava assim distribuído: de 1.637 IES, 162 eram universidades, 77 centros universitários e 1.398 faculdades isoladas. Em 2008, de 2.252 IES, 183 eram universidades, 124 centros universitários e 1.945 eram faculdades isoladas.” (BRASIL, 2008 *apud* LIMA, 2011, p.90)

instituição estatal²⁶ se colocam no sentido de favorecer ainda mais intensamente os interesses do capital em crise.

No caso do ensino superior público, o programa que representou esse processo de sucateamento e precarização foi o REUNI. Um programa que propõe a expansão das universidades federais sem nenhum aumento real de verba para o seu custeio. O que acaba deteriorando as condições de um ensino superior público de qualidade.

No próximo e último capítulo trataremos sobre o REUNI e as suas implicações ao ensino superior nas universidades federais; o que para nós significou o maior aprofundamento da precarização e do sucateamento do ensino superior público. O respectivo programa tem como objetivo principal a ampliação do número de vagas nas universidades federais, mas essa ampliação não foi acompanhada pela excelência na qualidade do ensino, pois o aumento foi apenas quantitativo e não qualitativo; desvelaremos no próximo capítulo o caráter dessa expansão e o que ela significou para o ensino superior nas universidades federais.

²⁶ “Este vasto conjunto de ações pode ser agrupado em quatro nucleações básicas: 1) o fortalecimento do empresariamento da educação superior; 2) a implementação das parcerias público-privadas na educação superior; 3) a operacionalização dos contratos de gestão, eixos condutores da reforma neoliberal do Estado brasileiro, de Bresser-Cardoso a Paulo Bernardo-Lula da Silva e 4) a garantia a coesão social em torno das reformas estruturais realizadas pelos governos Cardoso e Lula da Silva.” (LIMA, 2011, p.90)

3- O REUNI NO PROCESSO DE SUCATEAMENTO E PRECARIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL

No decorrer deste trabalho explicamos como a educação formal é moldada de acordo com os interesses das classes dominantes, em diferentes momentos históricos. E que no capitalismo ela alcançou seu maior grau de organização e disseminação. Porém diante das novas determinações advindas da sua mais recente crise, a educação teve que ser reconfigurada para atender aos novos padrões de acumulação e expansão do capital. O que antes foi concedido em forma de direito, através do Estado, não é mais suficiente para suprir às novas necessidades do capitalismo em crise²⁷.

Em um processo de primazia do setor privado – pois agora a educação deve ser buscada e “negociada” no mercado privado – têm-se então a destruição da educação pública, por meio de medidas privatizantes e de sucateamento, que vão minando o ensino público e abrindo espaço para as empresas educacionais. Entre essas medidas, se insere o REUNI, um programa que tem no seu discurso oficial o objetivo de ampliar vagas nas universidades federais, mas que na verdade acaba por acelerar o processo de precarização e sucateamento das universidades públicas.

O REUNI foi apresentado através de Decreto presidencial n. 6.096/2007 e tem como objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração e dos ciclos (básico e profissional); incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. Tudo isto no prazo de cinco anos. (LIMA, 2011, p.92)

²⁷ “Este intenso processo de reformulação da educação superior brasileira efetiva a desconstrução da educação pública brasileira como um direito social. O direito à educação é reconfigurado por meio da privatização em larga escala; do repasse (direto e indireto) dos recursos públicos ao setor privado, além de adoção da lógica empresarial como modelo de gestão nas instituições educacionais públicas, privilegiando a relação custo-benefício, a eficácia e a qualidade medidas pela relação com o mercado; de que são importantes referências, a certificação e a fragmentação do ensino e dos conhecimentos; o aligeiramento da formação profissional e a intensificação do trabalho docente. Um processo de reformulação que configurou a educação como um campo de exploração lucrativa para o capital em crise e aprofundou sua função política, econômica e ideo-cultural de reprodução da concepção burguesa de mundo.” (LIMA, 2011, p.87)

O REUNI surge então como a principal medida de precarização e sucateamento da universidade pública no governo Lula. Sua implementação se deu de forma vertical e imediata, mediante o Decreto nº 6.096/2007²⁸ constituindo-se como mais uma materialização do conjunto de reformas encetadas pelo governo Lula (2003-2010), seguindo as orientações dos organismos internacionais.

Segundo Santos (2016) o REUNI foi a grande marca do governo Lula em relação à expansão do ensino superior nas universidades federais. Uma política voltada para alcançar os objetivos estabelecidos no PNE (2001-2010), que tinha como meta oferecer até 2010, 30% de vagas na faixa etária de 18 a 24 anos nas instituições de ensino superior.

Ainda segundo Santos (2016, p.32) o REUNI “faz parte de uma engrenagem governamental para expandir a educação superior no Brasil por meio de suas universidades federais.” Essa expansão é sistematizada pelo MEC em três fases: a interiorização, a reestruturação e a expansão das universidades federais.

De acordo com Cislighi (2010, p.140), o programa estabelece duas metas globais: “a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18, num período de 5 anos.” Isso de acordo com os parâmetros de cálculos fixados pelo MEC, seguindo estas seis diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007)

²⁸ “Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL,2007)

Todas essas diretrizes deveriam ser orientadas pelo princípio mestre da otimização, isto é, “pelo melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades federais.” (SANTOS, 2016, p.34)

Nos parágrafos dois e três o decreto condiciona essas diretrizes à capacidade orçamentaria do MEC:

§ 2o O acréscimo referido no § 1o tomará por base o orçamento do ano inicial da execução do plano de cada universidade, incluindo a expansão já programada e excluindo os inativos. § 3o O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação. (DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007)

Segundo Santana e Druck (2015), o REUNI, ampliou o número de vagas, cursos e instalações físicas, mas isso não se deu acompanhado do aumento no número de concursos para docentes e servidores técnicos-administrativos, causando consequências negativas para o âmbito universitário. Pois, o aumento no número de matrículas sem o devido aumento de servidores públicos para lidar com esta nova leva de estudantes, precariza o ensino e o funcionamento das universidades.

Segundo Cislighi (2010), o programa define uma expansão de vagas nas universidades federais desconsiderando os orçamentos de custeio e pessoal, tendo verbas cortadas, concursos diminuídos, verbas destinadas às instituições privadas. Tornando a universidade pública ainda mais precarizada.

Para Santos e Melo (2019) o REUNI ao mesmo tempo que possibilita maior acesso à educação superior pública, por outro lado atende às exigências do capital internacional dentro do caráter de aligeiramento e empobrecimento da formação acadêmica. E é importante compreender, segundo os autores, que o REUNI não consiste num programa isolado, mas inserido no contexto sócio-político-econômico do neoliberalismo global. Neste cenário, o Brasil enquanto país de condição dependente dos países centrais, adere à acordos internacionais, firmados entre as burguesias nacionais e internacionais, onde a expansão da educação superior é direcionada ao processo de certificação em massa para o mercado.

A crise da universidade pública, segundo Leher (2015, p.34-35), está diretamente ligada às transformações do capitalismo em crise que vai demandar estratégias mais agressivas para perpetuar sua hegemonia. A educação superior vai

se tornar “um novo continente de extração de mais-valor” com uma legislação em prol do setor privado, transformando-a em um “serviço educacional”, regido pela lógica comercial e mercadológica, sobretudo com a efetivação do PROUNI e FIES²⁹.

A expansão privada-mercantil somente foi possível em virtude da ‘mão visível do Estado’, que flexibilizou a legislação em prol do setor privado, ampliou o mercado de consumidores por meio de um exame nacionalizado e de menor complexidade em termos de conhecimentos científicos (Enem), concedeu incentivos tributários aos grupos mercantis (Prouni) e expandiu os subsídios públicos para o financiamento estudantil (Fies). (LEHER, 2015, p.25)

De fato, o REUNI, entre outras medidas³⁰ (PROUNI, FIES), faz parte de um conjunto de ações que vai moldando a configuração do ensino superior no sentido de alavancar os negócios nessa área, consolidando um formato de mercantilização da educação superior. O que se pretende com o REUNI, de fato, não consiste numa expansão da educação superior com o oferecimento de um serviço público, gratuito e de qualidade, mas como uma nova forma de favorecimento de interesses políticos e econômicos em consonância com as diretrizes neoliberais. Estes programas (REUNI, PROUNI, FIES) ampliaram o número de matrículas e vagas no ensino superior, mas esse aumento não foi acompanhado pela primazia na qualidade de ensino, ao contrário, essa expansão reduziu sua qualidade para atender às novas necessidades impostas pelo neoliberalismo à educação superior: formação em massa e de forma aligeirada.

São vários os efeitos precários decorrentes da contrarreforma das universidades. Dentre eles, destacam-se a precarização do trabalho – contratação temporária, salários reduzidos, poucos concursos para contratação efetiva – recursos voltados mais precisamente para ciência e tecnologia privadas, de desenvolvimento do capital e flexibilização como um todo, de acordo com toda a dinâmica

²⁹ “É importante salientar que a combinação entre a alavancagem do setor privado mercantil pelo Prouni e pelo redimensionamento do Fundo de Financiamento Estudantil promoveu tal crescimento de gastos que estes passaram a comprometer o financiamento do setor público” (LEHER, 2019, p.75)

³⁰ “A desconstrução da educação superior pública brasileira é apresentada como “democratização” do acesso à educação para os segmentos mais pauperizados da população. O ProUni, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o ensino a distância, o projeto Escola na Fábrica, as “universidades” tecnológicas, os cursos sequenciais, os cursos de curta duração e o REUNI constituem importantes referências da política de ampliação de acesso à educação utilizada pelo Governo Federal para legitimar suas ações por intermédio de uma eficiente operação ideológica que as reveste de um ilusório verniz democrático-popular.” (LIMA, 2011, p.92)

mercadológica. Deste modo, Tonet cita algumas medidas tomadas pelo Estado brasileiro para adequar as universidades a nova dinâmica socioeconômica do capital:

Isto se expressa sob a forma da diminuição dos recursos destinados à universidade, do que resulta um sucateamento geral; pela introdução progressiva de cursos pagos; pela crescente parceria entre universidades e empresas privadas, submetendo a estas a direção da produção do conhecimento; pela instituição de formas de salário baseadas em gratificações, o que o torna precário e instável; pela introdução da GED, um claro instrumento da lógica empresarial, incompatível com a autonomia da universidade pública; pela “flexibilização” das relações de trabalho, através da alteração do RJU, maior garantia de autonomia, substituindo-o pelo regime de “emprego público”, muito mais próximo das leis que regem o setor privado; pela diminuição do quadro de professores e funcionários e aumento da carga de trabalho; pela introdução da perversa forma do “professor substituto”, precária, mal remunerada e sobrecarregada de trabalho; e, enfim, pelo aviltamento salarial, com o claro objetivo de rebaixar o nível do ensino público superior. Tudo isto tem como consequência o rebaixamento geral do sistema universitário público e a imposição da lógica empresarial à educação pública. Ao par disto, é intenção do governo garantir alguns estabelecimentos chamados de “Centros de Excelência”, onde seria produzida a ciência, reservando aos restantes apenas o papel de transmissores do conhecimento. (TONET, 2012, p.88)

Lima (2006) expõe que a educação superior surge já com três propostas atenuantes que são: formar uma força de trabalho para os interesses capitalistas; exploração para o capital privado; e difundir a concepção burguesa. E dentro desse pilar, não se verifica nem se tem como proposta real, uma educação superior voltada para a formação crítica do ser humano. Toda a fundamentação está alicerçada no sentido de dinamizar e expandir o plano econômico, legitimada pelas ações governamentais.

Para Deus (2008 *apud* Santos, 2016), o REUNI, é, em certa medida, a materialização do Processo de Bolonha³¹ no Brasil. É uma estratégia do governo brasileiro, para alcançar o consenso das universidades públicas brasileiras, fazendo

³¹ O *Processo de Bolonha* foi justamente um caminho encontrado pela Europa para reestruturar a educação superior ofertada por suas universidades, organizando um modelo curricular-administrativo padrão para todas as universidades europeias. Esse processo – também chamado de acordo de Bolonha – consiste justamente no conjunto de ações ligadas ao ensino superior da Europa, pactuadas e acordadas pelos ministros europeus da educação na Declaração de Bolonha, de 19 de junho de 1999, que tinha por objetivo: [...] aumentar a competitividade no Sistema Europeu do Ensino Superior. *A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem ser medidas através da atração que a sua cultura tem por outros países. Teremos que garantir que o Sistema Europeu do Ensino Superior adquira um tal grau de atração que seja semelhante às nossas extraordinárias tradições culturais e científicas* (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999 *apud* SANTOS, 2016, p.37-38)

com que estas promovam uma expansão extremamente quantitativa, a partir da racionalidade de recursos humanos e físicos, retirando a autonomia das universidades federais e subordinando a educação superior pública e gratuita às exigências da ordem global do capital:

O tipo de expansão previsto no REUNI para as IFES, do ponto de vista institucional nada tem de autônomo, uma vez que a universidade vai se dobrar cada vez mais às “tendências mundiais” presentes no processo de Bolonha, promulgadas pela OCDE e OMC, que, encarando a educação como um serviço comercializável e não como bem público garantido pelo Estado (e que, em regime de concessão, pode vir a ser oferecido pelo setor privado), vêm pressionando os países da periferia capitalista a abrirem suas instituições para o novo e rentável mercado da educação superior e do ensino à distância, obviamente para os empresários nacionais e principalmente estrangeiros (DEUS, 2008, p. 203 *apud* SANTOS, 2016, p.46-47).

Isso porque para Santos e Melo (2019) a atual conjuntura do sistema capitalista reacende o interesse de órgãos como UNESCO, BM, FMI e OMC, no sentido de incentivar o acesso ao ensino superior para o favorecimento dos interesses capitalistas:

Esses sujeitos políticos coletivos do capital tornam-se “pedagogos”, conduzindo os países periféricos por sendas apazíveis ao capital internacional em direção à manutenção do status quo e, como isso, à inabalável relação dominantes/dominado. (Santos e Melo, 2019, p .11)

Para isto, os organismos internacionais como BM e FMI ultrapassam funções meramente econômicas, passando a influenciar determinantemente as políticas sociais, sobretudo, dos países “emergentes” dependentes dentro da dinâmica global de dominação e hegemonia da ordem do capital. Na definição de Gregório:

Os organismos internacionais são sujeitos políticos importantes no processo de difusão do projeto burguês de dominação, contribuindo de maneira decisiva para a expansão desenfreada do capital por todos os cantos do mundo e em todas as áreas das políticas sociais dos países periféricos. (GREGÓRIO,2012, p.2)

Exemplificando mais objetivamente, Gregório (2012) coloca que de acordo com o documento do Banco Mundial *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia* (1994)³², o objetivo das instituições de ensino superior dos países

³² “*La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1994 pelo BM no qual foram apresentadas quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe. A primeira previa a diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos, sob o pressuposto da necessidade de existência de universidades públicas, privadas e de instituições não universitárias, incluindo os cursos politécnicos, os cursos de curta duração, os ciclos e o ensino a distância. A diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas apresentou-se como

periféricos devem ser apenas o de “transferir, adaptar e divulgar conhecimentos gerados em outras partes”, e ainda como servidores de serviços para empresas privadas.

O Banco Mundial apresenta vários documentos (*La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia* de 1994; Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1997; Estratégia para o setor educacional – documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe de 1999; Estratégia para o setor educacional – documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe de 1992), nos quais se calçam a disseminação da ideologia neoliberal na defesa da contrarreforma do Estado e novos papéis da educação diante da era neoliberal no bojo do desenvolvimento dos países latino-americanos, como ressalta Gregório (2012). E dentre tais documentos, o de 1994 se refere à educação superior especificamente, tendo na base, um discurso falacioso de desenvolvimento e crescimento que dissimulam e mascaram seus reais objetivos. O Banco Mundial elabora documentos providos de determinações e conceitos para a educação também superior dentro da plataforma neoliberal. Diante do comando, os governos, sobretudo periféricos, seguem tal linha, tendo em vista a relação de dominação da nova ordem mundial.

Como chamam atenção Barreto e Leher (2008, p.430), isso se faz na medida em que eclode o agravamento da crise estrutural e a política do ajuste na conjuntura dos anos 1990; e que as forças capitalistas emanam novas estratégias para a sua expansão e dominação.

a segunda estratégia. Para tanto, o BM defendeu a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes; o corte de verbas públicas para as atividades consideradas “não relacionadas com a educação” (alojamento/moradia estudantil e alimentação/bandejão); assim como a utilização de verbas privadas advindas de doações de empresas e das associações dos ex-alunos, dos cursos de curta duração, dos cursos pagos e da venda de “serviços educacionais”, como consultorias e pesquisas. Esses “serviços” deveriam ser administrados através de convênios firmados entre as universidades públicas e as empresas, mediados pelas fundações de direito privado, concebidas como estruturas administrativamente mais flexíveis (BANCO MUNDIAL, 1994). A terceira estratégia definiu as funções do Estado no sentido de construir um novo arcabouço político e jurídico que viabilizasse a implantação das diretrizes privatizantes da educação. Por fim, a quarta estratégia, implantação de uma política de “qualificação” do ensino superior era concebida a partir do eficiente atendimento aos setores privados.” (LIMA, 2011, p.87)

Gregório (2012) ressalta que o BM direciona as políticas dos países periféricos, mascarando os reais objetivos de suas diretrizes documentais. Dentro dessa relação, como mostra o autor, os credores (organismos internacionais) passam a ter interferência nas políticas econômicas e sociais – aqui enfatizamos o Brasil - de forma a garantir um controle político e econômico de acordo com os pressupostos neoliberais.

É importante trazer à tona que o Banco Mundial defende o pagamento de mensalidade pelos alunos das universidades públicas; dando assim um indicativo do processo de privatização das universidades federais, como cita Gregório (2012). E tal processo condiz exatamente com os projetos capitalistas de expansão e dinamização de negócios para maiores lucratividades, ao mesmo tempo, as estratégias de disseminação da ideologia burguesa no sentido de reforçar cada vez mais suas ideias e valores, no campo de uma aceitação mais passiva o quanto possível, enquanto algo naturalizado pela própria sociedade.

Então, compreende-se que desde o surgimento do ensino superior no Brasil, este esteve voltado exclusivamente para o seu desenvolvimento capitalista dependente e submisso às determinações do capital internacional; estando direcionado às suas necessidades de expansão e acumulação, e não às necessidades humanas verdadeiramente, pois elas só serão realizadas em uma sociedade livre da lógica nociva do capital, em uma sociedade emancipada³³. E a partir de 1990, a educação superior teve que se adequar ao reordenamento político-econômico causado pela crise estrutural do capital.

O que se evidencia, na primeira década do século 21, é a estruturação de um tipo de universidade adequada à atual etapa de acumulação do capital, particularmente em um país capitalista dependente como o Brasil. Uma estruturação que transita da privatização direta, passando pelo novo modelo de gestão, introduzido pelo padrão gerencial e coroado com a quebra de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a mercantilização do conhecimento. Um processo que configurou a educação superior como um

³³ “A *alternativa concreta* a essa forma de controlar a reprodução metabólica social só pode ser a *automeiação*, na sua inseparabilidade do *autocontrole* e da *autorrealização através da liberdade substantiva e da igualdade*, numa ordem social reprodutiva conscienciosamente regulada pelos indivíduos associados. É também inseparável dos *valores* escolhidos pelos próprios indivíduos sociais, de acordo com suas reais necessidades, em vez de lhes serem impostos – sob forma de *apetites* totalmente *artificiais*, pelos imperativos reificados da acumulação lucrativa do capital, como é o caso hoje. *Nenhum* desses objetivos emancipadores é concebível sem a intervenção mais ativa da educação, entendida na sua orientação concreta, no sentido de uma ordem social que vá para além dos limites do capital.” (MÉSZÁROS, 2008, p.72-73)

campo de exploração lucrativa para o capital em crise e aprofundou sua função política, econômica e ideo-cultural de reprodução da concepção burguesa de mundo. (LIMA, 2011, p.92)

Em linhas gerais, segundo Cislighi (2010), o REUNI se caracteriza por um contrato de gestão que fixa metas de desempenho em troca de recursos financeiros; tendo como objetivo a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior – em tese. Pois o êxito do programa está ligado diretamente ao orçamento anual destinado a educação superior pública.

O REUNI consistiu em um programa não concorrencial e aberto a todas as universidades federais³⁴. Sua aprovação contou com o apoio de várias universidades federais brasileiras, em consonância com os ditames das políticas deliberadas pelo FMI e Banco Mundial.

Para cada universidade federal que aderir a este “termo de pactuação de metas”, ou seja, um contrato de gestão com o MEC, o governo “promete” um acréscimo de recursos limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal. Entretanto, uma análise cuidadosa do parágrafo terceiro do artigo 3º e do artigo 7º do Decreto de criação do REUNI deixa claro em que termos ocorrerá esta “expansão”, pois “o atendimento aos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC” e “as despesas decorrentes deste processo devem estar circunscritas às dotações orçamentárias consignadas anualmente ao MEC”. (LIMA, 2011, p.92)

No entanto, a imposição do programa não ocorreu de forma pacífica e sem resistência, visto que inúmeros estudantes, em oposição ocuparam reitorias, dentre elas, a da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O que ocorreu, visto a percepção de que todo o processo de desmonte, precarização e destruição da universidade pública seria acelerado com a implantação do programa. Segundo Santos Neto (2014), o entendimento das entidades e estudantes das universidades federais foi que o REUNI ocorreu de forma autoritária, pelo uso da repressão aberta por parte dos reitores, com a convocação da PM para atuar dentro do campus, reprimindo os atos contrários ao programa.

³⁴ “Das 54 Universidades Federais existentes no Brasil em 2007, 53 aderiram ao REUNI que, entre 2008-2012, impulsionou a criação de 04 universidades, 69 Campi e 08 unidades acadêmicas. É justamente nesse contexto que se cria o Campus de Delmiro Gouveia e sua unidade de Santana do Ipanema no sertão de Alagoas.(SANTOS, 2016, p.33)

A *Carta às entidades e estudantes das universidades federais*³⁵ (2007), publicada no *blog* do Diretório Acadêmico de Museologia da UFBA e assinada em conjunto com vários DCEs, traz o relato de estudantes que vivenciaram a implementação do REUNI, expondo a forma repressiva e autoritária recorrida pelos reitores de várias universidades de embate ao movimento estudantil. A exemplo, encontra-se na carta:

Verificamos que a adesão ao REUNI aconteceu de forma autoritária e truculenta em diversas federais. Na UFJF foi convocada a tropa de choque da PM para dentro do campus para garantir a adesão, na UFSCAR o reitor não colocou para discussão e aprovou a adesão na UNIRIO, e na UFBA o reitor estabeleceu a adesão ao REUNI num Consuni sem legitimidade e legalidade. (*Carta às entidades e estudantes das universidades federais*, 2007,p.1)

Repressão e autoritarismo vêm marcando o cenário universitário brasileiro, degradando a autonomia universitária de forma geral, o que é legitimado e colocado em prática por vários reitores. Isso ficou bastante explícito com a implementação do REUNI nas federais, decorrente da imposição do governo apoiado pelos reitores, detendo de várias formas as oposições, inclusive por meio da força física, diante da convocação do PM em vários *campi*.

Nas palavras de Santos Neto (2014, p.116): “o ano de 2007 constitui-se como marco significativo do desfecho das reformas em migalhas encetadas pelo governo Lula (2003-2010).” Nesse panorama de “reformas”, o REUNI se constitui enquanto programa que atinge direta e precisamente as universidades federais brasileiras, visando o favorecimento dos interesses capitalistas dentro da lógica de mercado. Esse programa, como ressalta Santos Neto (2014, p.116), representa uma intervenção governamental direta nas universidades federais, levando seus gestores a aderirem, unilateralmente, aos condicionamentos do mercado.

Segundo Cislighi (2010) o orçamento destinado ao REUNI foi explicitado no documento Diretrizes do REUNI em agosto de 2007. Segundo ele, o valor do orçamento de custeio e pessoal de cada universidade aumentará gradativamente no

³⁵ “Assinam esta carta: DCE UFBA, DCE USCAR, DCE UNIRIO, DA FONOAUDIOLOGIA UFBA, DA EDUCAÇÃO FÍSICA UFBA, DA ENFERMAGEM UFBA, CA BIBLIOTECONOMIA UFBA, DA MUSEOLOGIA UFBA, DA ECONOMIA UFBA, Jomar Borges – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, Frederico Lima – Executiva Nacional de Estudantes de Enfermagem, Carolina Pinho - Diretora da UNE, Maíra Gentil - Diretora de Assistência Estudantil da UEB, Urialisson Matos – DCE UFRB.” (*Carta às entidades e estudantes das universidades federais*, 2007)

período de 5 anos, até atingir o montante de 20% previsto para 2012. E os recursos de investimentos serão distribuídos de acordo com o número de matrículas projetadas. Ou seja, quanto mais vagas criadas mais recursos as universidades recebem. O problema é que esse orçamento desconsidera a inflação do período até a conclusão do programa em 2012. E, além disso, a expansão de vagas nas universidades será maior que 20%, ou seja, maior que o valor prometido até a conclusão do programa.

O discurso governamental focou exatamente no aspecto de expansão de vagas no ensino superior para ganhar adesão e aceitação mais pacífica, ocultando os interesses implícitos. Mas na prática, os recursos destinados às Universidades Federais vêm diminuindo mais expressivamente a partir de 1990 com a diminuição do número de docentes efetivos, precarização das relações trabalhistas, no aumento de professores substitutos e na degradação das condições de trabalho e estudo, faltando materiais essenciais e verbas. Segundo Cislighi, “só entre 1995 e 2002, os recursos de custeio, excluídos os benefícios aos trabalhadores e o pagamento de substitutos, haviam se reduzido em 62%, padrão que no período posterior não foi repostos.” (AMARAL *apud* CISLAGHI, 2010, p.141)

Sendo assim, o REUNI faz parte de um conjunto de ações governamentais que expressa a contrarreforma das universidades. Recai em mais uma ação para acelerar o sucateamento e precarização das universidades públicas e em contrapartida, contribui para a exaltação do setor privado. Os dados abaixo deixam claro o caráter de expansão da educação superior brasileira, que preconiza o ensino superior privado, e mesmo com a implantação do REUNI este cenário não muda:

Gráfico 1

Vagas oferecidas nas Instituições de Ensino Superior em 2008. Dados: Censo do Ensino Superior – INEP – 2008 – Elaboração de Cislaghi (2010, p.159).

Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2013 as IES privadas cresceram na oferta dessa modalidade de educação desde o ano de 2005, elas cresceram intensamente mantendo as dificuldades de acesso à educação superior àqueles que não podem pagar por ela. (SANTOS, 2016)

Conforme dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o total de alunos na educação superior brasileira chegou a 7,3 milhões em 2013, quase 300 mil matrículas acima do registrado no ano anterior. No período 2012-2013, as matrículas cresceram 3,8%, sendo 1,9% na rede pública e 4,5% na rede privada. Os universitários estão distribuídos em 32 mil cursos de graduação, oferecidos por 2,4 mil instituições de ensino superior – 301 públicas e 2 mil particulares. As universidades são responsáveis por 53,4% das matrículas, enquanto as faculdades concentram 29,2% (INEP, 2015 *apud* SANTOS, 2016, p.51)

De acordo com os dados emitidos pelo MEC no site da ANDIFES, de 2009 a 2017 o crescimento de matrículas no ensino superior público foi de 39,3%. No entanto, o aumento do número de matrículas não foi acompanhado na mesma proporção pelo aumento de investimentos. O aumento de vagas teria que ser acompanhado paralelamente por mais investimentos, para então, garantir serviços e manutenções no sentido de auxiliar numa melhor qualidade do ensino superior público. Sendo assim, Cislaghi concluí:

Um incremento de 20% no orçamento de custeio para uma expansão de estudantes que pode chegar a mais de 100% é, na prática, não uma ampliação de recursos, mas ao contrário, uma redução do orçamento de custeio por estudante. A ampliação de pessoal é também, como já analisamos, na prática, uma redução, já que vai se ampliar o número de estudantes por professor. Portanto, ainda que haja uma ampliação absoluta dos recursos, há uma redução relativa dada a expansão de vagas e de cursos exigida pelo REUNI. (CISLAGHI,2010, p.173)

É obviamente perceptível que um aumento de vagas, por outro lado, requer maiores investimentos que custeiem tal expansão, do contrário os impactos decaem no sucateamento e precarização.

Os recursos de investimento são insuficientes para as necessidades de expansão e os recursos de custeio ampliados em 20% em universidades que pretendem dobrar o número de alunos significam, na prática, uma redução proporcional de recursos, ainda que nominalmente tenham se ampliado. Além disso, e talvez o mais importante, é que a lógica da distribuição dos recursos do fundo público brasileiro não se alterou, seguindo sendo desviada para o capital financeiro, o que faz com que o aumento do PIB não se reflita na ampliação de recursos para as universidades. Com isso não há qualquer garantia de que os recursos prometidos cheguem, já que o financiamento público das universidades públicas continua não sendo prioridade. (CISLAGHI, 2010, p.176-177)

Na prática, os impactos do contingenciamento de verbas foram diversos nas várias universidades federais, expressando um processo de sucateamento e precarização. Segundo Leher (2019), dentre as consequências vistas, têm-se: a demissão de funcionários terceirizados, congelamento no valor das bolsas de auxílio estudantil, até mesmo diminuição do valor; critérios mais rigorosos para aquisições de bolsas, encerramentos de estágios, redução de contratos, aumento do valor das refeições oferecidas nos restaurantes universitários, suspensão de reformas e obras, paralisação da compra de equipamentos para grupos de pesquisa e laboratórios.

As tabelas abaixo demonstram os recursos prometidos pelo MEC ao REUNI e o impacto desses recursos no orçamento de custeio e investimento das IFES no exercício de 2008, 2009 e o autorizado em 2010.

Tabela 1 – Previsão de verbas REUNI do MEC em valores nominais- em milhares de reais.

Previsão de acréscimo orçamentário a partir do decreto n. 6096/ 2007					
	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843,00	567.671,00	593.231,00	603.232,00	
Custeio/ Pessoal	174.157,00	564.247,00	975.707,00	1.445.707,00	1.970.205,00

Total	480.000,00	1.131.918,00	1.568.938,00	2.048.939,00	1.970.205,00
-------	------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: Diretrizes do REUNI, MEC, 2007. Elaboração de Cislighi (2010, p.168)

Tabela 2 – Recursos totais de custeio das IFES que participam do REUNI:

Custeio					
Total					
	Autorizado	Empenhado	Pago	%Empenhado do Autorizado	%Pago do Autorizado
2007	2.498.245.939,49	2.340.388.798,87	2.015.211.742,5	94%	86%
2008	2.766.983.894,61	2.485.044.029,31	2.108.587.421,9	90%	85%
2009	3.194.554.660,81	2.747.939.763,07	2.241.280.337,7	86%	82%
2010	3.849.358.213,00	-	-		
Ampliação 2007-2009	28%	17%	11%		

Fonte: Câmara de Deputados – Corrigidos para valores de janeiro de 2010 pelo IGP-DI – Elaboração de Cislighi (2010, p.168).

Tabela 3 – Impacto do REUNI no total do orçamento de custeio destinado às IFES participantes do REUNI:

	REUNI			Impacto do REUNI no custeio total		
	Autorizado	Empenhado	Pago	Autorizado	Empenhado	Pago
	-	-	-			
2008	81.173.610,29	74.082.635,29	34.894.599,10	4%	4%	2%
2009	198.882.295,72	196.753.825,41	141.095.206,41	6%	7%	6%
2010	441.359.418,00	-	-			

Fonte: Câmara de Deputados – Corrigidos para valores de janeiro de 2010 pelo IGP-DI – Elaboração de Cislighi (2010, p.169)

Tabela 4 – Recursos totais de investimento das IFES que participam do REUNI:

Investimento					
Total					
	Autorizado	Empenhado	Pago	%Empenhado do Autorizado	%Pago do Autorizado
2007	668.737.421,70	608.527.524,84	179.142.445,17	91%	29%
2008	1.216.031.017,40	692.659.559,04	61.480.819,67	57%	23%
2009	1.731.724.002,26	1.554.366.679,59	9.361.472,28	90%	28%
2010	1.865.996.132,01	-			

Fonte: Câmara de Deputados – Corrigidos para valores de janeiro de 2010 pelo IGP-DI – Elaboração de Cislighi (2010, p.169)

Tabela 5 – Impacto do REUNI no total do orçamento de investimento destinado às universidades federais:

REUNI				Impacto do REUNI no investimento total		
	Autorizado	Empenhado	Pago			
2008	256.394.726,00	122.593.498,00	5.254.423,00	10%	5%	0,27%
2009	964.850.939,00	835.465.584,00	208.044.724,00	63%	61%	54%
2010	944.698.504,00			53%		

Fonte: Câmara de Deputados – Corrigidos para valores de janeiro de 2010 pelo IGP-DI – Elaboração de Cislighi (2010, p.170)

O orçamento mais enxuto impactou diretamente no funcionamento das federais, assim como na permanência dos alunos no ensino superior público, aprofundando o quadro de precarização. O que pareceu ser uma grande política de expansão³⁶, na realidade demonstrou inúmeras incoerências e acelerou o processo de desmonte das universidades federais, aumentando o espaço para o ensino superior privado. Segundo

³⁶ “A expansão de vagas e de assistência estudantil, ainda que focalizada, vão servir à coesão social e às ideologias de ascensão social via educação, num período de agudização das expressões da Questão Social, do desemprego estrutural e da desigualdade. Esse acesso massificado, todavia, significa uma redução da qualidade defendida pelos movimentos sociais e inscrita na Constituição de 1988, que é calcada na indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Também não garante princípios pedagógicos básicos como o ensino presencial, condições infraestruturais adequadas, professores suficientes. Também é importante ressaltar, mais uma vez, que ainda que nominalmente haja uma ampliação de recursos financeiros e concursos públicos o que o REUNI propõe, na prática é uma redução proporcional do número de docentes nas universidades federais bem como uma redução proporcional dos recursos de custeio.” (CISLAGHI, 2010, p.179)

Cislaghi (2010), o orçamento executado entre 2002 e 2009 cresceu nove vezes, mas o aumento não é tão exorbitante se considerarmos que isso ocorreu em meio a um processo de expansão das matrículas nas universidades federais. “É importante ainda reforçar que a comparação se dá com patamares anteriores baixíssimos, sem qualquer recurso de investimento para ampliação da assistência estudantil então existentes.” (CISLAGHI, 2010, p.162)

Para SANTOS (2016), com o REUNI o governo federal assume o discurso de expansão, democratização e interiorização das universidades públicas. Conforme postulado pelos organismos internacionais, essa expansão e democratização deve ser realizada a partir da ideia de otimização dos recursos físicos e humanos, revelando seu direcionamento à política neoliberal de reforma da educação a serviço do capital:

A expressão Melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos, presente no artigo primeiro do decreto REUNI (BRASIL, 2007a) e explicada no glossário de suas Diretrizes Gerais como “Otimização dos recursos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007b, p.24), traz implícito o pensamento de que as universidades, seus técnicos, docentes e seus espaços estão ociosos e é possível aumentar a oferta nos diversos cursos sem mudanças significativas em suas estruturas. Sendo assim, o substantivo “otimização = melhor aproveitamento” é a epifania de uma lógica do capital que deve reger as relações e os direcionamentos das universidades brasileiras. (SANTOS, 2016, p. 48)

Isso se traduz em uma proposta de universidade regida por um modelo curricular e administrativo orientado pela racionalidade econômica, ou seja, “capaz de atender ao máximo de alunos com o mínimo de estrutura física e recursos humanos.” (SANTOS, 2016, p. 50) Segundo Santos (2016) essa foi a lógica que regeu a reforma das universidades públicas proposta pelo governo Lula da Silva.

De acordo com Santos e Melo (2019, p.14), a expansão da educação superior no Brasil a partir dos anos 2000 apresenta orientação fundamentada pela lógica mercadológica. Há um interesse, diante das novas exigências do mercado, em se aumentar a certificação em massa; o mercado demanda outro nível de qualidade. O resultado disso transparece com o desmonte, a precarização e o sucateamento da universidade pública nos vários aspectos, inviabilizando a autonomia das universidades e condições para um ensino de qualidade.

Como bem destacam Campos e Carvalho (2014), o REUNI se apresenta enquanto política pública de interesse político-econômica executada pelo governo central para a ampliação da educação superior pública; encontrando-se, nessa política, o estabelecimento

de metas quantitativas que priorizam o ensino em detrimento dos outros pilares: pesquisa e extensão.

A universidade, ao adotar um modelo racional, econômico e flexível, no que diz respeito a custos, torna-se uma instituição instrumentalizada, comprometendo-se com o ensino em detrimento da pesquisa e extensão [...] tal programa engendrou alterações substanciais na formação dos estudantes para o mundo do trabalho e no trabalho dos professores no interior da Universidade. O REUNI apresenta-se, assim, como um mecanismo de aligeiramento da formação educacional, em nível de graduação, desarticulando a interlocução das atividades que constituem a universidade: ensino, pesquisa e extensão (RODRIGUES, 2011, *apud* SANTOS, 2016, p.61)

Para Santos (2016) o REUNI significou uma ruptura e continuidade, ruptura porque possibilitou o maior acesso às universidades federais, e continuidade porque é mais um projeto neoliberal para a educação superior.

Tendo em vista o cenário econômico e político neoliberal retratado por nós neste estudo, entende-se que toda a problemática que assola o ensino superior público está dentro dos ditames neoliberais e sob uma crise maior estrutural do capital, marcado pelo incentivo e determinação de arrochos e corte de verbas para o setor público, em contrapartida ao favorecimento de privilégios ao setor privado. Segundo Leher “a expansão mercantil foi exponencial: as matrículas na educação superior passaram de 1,75 milhão em 1995 para 4,88 milhão em 2007, e para 7,3 milhão em 2013, sendo 14,7% delas em cursos a distância.” (LEHER, 2015, p.25)

Sendo assim, o REUNI se insere no processo de precarização da educação superior pública, tudo isso orientada por uma lógica mundial neoliberal, pensada e organizada pelos governos locais sob o comando dos organismos internacionais de controle financeiro – FMI, BM e OMC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto durante este trabalho, entende-se que o REUNI é a materialização de um processo mundial de adequação da educação às determinações das políticas neoliberais, onde a educação pública se transforma em mais um campo de exploração e enriquecimento do sistema capitalista para enfrentar a sua crise recente.

Neste trabalho resgatou-se brevemente o conceito de educação no seu sentido ontológico, para melhor compreender o âmbito educacional, mais especificamente o ensino superior no cenário neoliberal, e analisar, a partir disso, o efeito real do programa REUNI dentro da relação entre a esfera econômica e política diante do contexto de enfrentamentos da crise do capital.

Tomando a educação no seu sentido ontológico, compreendeu-se que sua relação com o trabalho é fundamental. O trabalho é fundamental em todas as sociedades e dele depreende-se as outras categorias da vida social, inclusive, a educação, através da qual se efetiva um processo de internalização e transmissão de valores e conhecimentos. No entanto, esse processo educacional ganha configuração direcionada ao conjunto de preceitos que legitimam a dominação de uma classe sobre outra, a partir do surgimento da sociedade de classes passa a assumir determinações específicas a cada momento histórico.

No capitalismo, a educação formal é organizada e disseminada como nunca antes na história da humanidade, seguindo sempre os interesses da classe burguesa. É a partir do modo de produção capitalista que o complexo educacional se expande para a parcela dos indivíduos que realmente produzem a riqueza, visto que nas sociedades de classes anteriores, a educação era privilégio da classe dominante. O alto desenvolvimento do modo de produção capitalista exige da classe subordinada e trabalhadora um certo grau de conhecimento específico que não é mais possível ser absorvido no próprio processo de trabalho, como nas sociedades de classes anteriores. A forma como o trabalho é organizado nesta sociedade vai ditar o grau de organização e disseminação da educação, sem romper com a lógica que funda está sociedade - que é a apropriação privada de mais-valia e o trabalho assalariado.

Em sua fase neoliberal, a educação vai ser moldada de acordo com as estratégias de enfrentamento à crise do capital, visto as transformações constantes e aceleradas, a educação, mais especificamente a superior, passa a ganhar um novo tom, a qual passa a

estar cada vez mais atrelado à esfera econômica. Nesse sentido, os interesses econômicos perpassam e atingem mais do que nunca a esfera social. As políticas sociais passam a servir mais acentuadamente ao capital, mediante a legitimidade e garantias efetuadas pelo Estado, isso vai se dando por meio de “reformas” e ações governamentais materializadas por planos e programas.

A implementação do Programa REUNI, não se tratou de uma ação governamental no âmbito do ensino superior desprovida de interesses político-econômicos, mas dentro de uma conjuntura marcada pelos condicionamentos defendidos e disseminados por organismos internacionais diante do cenário neoliberal.

A ação do governo ainda que unilateral e com uma reação de resistência de estudantes e profissionais, implementou o programa, que com o objetivo expresso de expansão do ensino superior público, alentou uma grande expectativa a qual no decorrer dos anos foi sendo quebrada, diante dos dados e observações empíricas dos próprios alunos e professores. Constatou-se que o crescimento do número de vagas não foi acompanhado pelo aumento de investimentos. Houve, na verdade, corte de verbas e diminuição de investimentos, trazendo impactos diretos no ensino de forma ampla, como a inviabilização de vários serviços, dificuldades de permanência dos alunos, etc.

De fato, não se deu melhoria na qualidade do ensino, mas se acelerou um processo de sucateamento e precarização do ensino superior público, desencadeado por mais incentivos, de várias formas, ao ensino superior privado; observando ainda o tom mercadológico dado às universidades públicas a partir do REUNI.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. **Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.13, n.39, p. 423-436, set./dez. 2008.

BASTOS, Alexandre Fleming Vasques. **A reforma da Universidade no Brasil: um discurso (re)velador.** Edufal, 2007, Maceió.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Decreto n. 6.096/2007, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 abril 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em: 07 out. 2019.

CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira; CARVALHO, Cristina Helena Almeida. Análise do Reuni como Política Pública de Financiamento da Expansão da Educação Superior. In: Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa, 4, 2014, Luanda. **A expansão do Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa: desafios, estratégias, qualidade e avaliação** – EIXO 2, 2014. Disponível em: <https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/33-ICampos_CCarvalho_A_expansao-no-ensino-superior.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2020

Carta às entidades e estudantes das universidades federais. Disponível em <http://damuseologia.blogspot.com.br/2007/12/carta-as-entidades-e-estudantes-das.html> Acesso em 15 de agosto de 2020.

CISLAGHI, Juliana Fuiza. **Análise do REUNI: uma nova expressão da contrarreforma universitária brasileira.** 2010. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GREGÓRIO, José Roberto Bez de. O papel do Banco Mundial na Contra Reforma da Educação Superior no Brasil: uma análise dos documentos que precedem o Reuni. **Trabalho Necessário**: Niterói-RJ, ano 10, nº 14, 26-52, 2012.

LEHER, Roberto. Crise universitária, crise do capital. In: SANTANA, Marco Aurélio (org.). **Dossiê: A universidade em crise - Dilemas, desafios e perspectivas**. n 25. São Paulo: Margem Esquerda-ensaios marxistas, p.27-57, 2015

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Roxa Luxemburgo, 2019.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **A educação superior no plano nacional de educação 2011-2020**. Perspectiva, Florianópolis, Santa Catarina, v.30, n.2, 625-656, maio/ago.2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Financiamento da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo. 29ª Reunião Anual da Anped, n. 29, 2006, Rio de Janeiro. **GT Política da Educação Superior**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Revista Katálysis**, Santa Catarina, vol.14, no.1, p.86-94. Junho/ 2011.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO). Fundo de Financiamento de Estudantil: o que é o FIES, 2020. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>> Acesso em 02, agosto 2020

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2008.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **Universidade, Ciência e Violência de Classe**. 1 ed. São Paulo: Instituto Luckács, 2014.

PAIVA, Valério. Ensino a Distância: o desenvolvimento da educação ou uma nova forma de segregação social ao ensino superior?. **PUCVIVA**. São Paulo, v.35, p. 68 a 71, maio/agosto de 2009.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

SANTOS, Lavoisier Almeida dos. **Reforma universitária e flexibilização curricular: uma análise do REUNI no agreste alagoano**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2016.

SANTOS, Lavoisier Almeida dos; MELO, Valci. **Entre Córdoba e Bolonha: o Reuni e a Contraditória Expansão da Universidade Brasileira**. Revista Internacional de Educação Superior. Campinas, v. 5, p. e019015, maio 2019.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2ª ed. São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3ª ed. Maceió, Coletivo Veredas, 2016.